



Reunião de 03/07/2017

ATA N.º 19/2017

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NELAS, REALIZADA EM TRÊS DE JULHO DE DOIS MIL E DEZASSETE

---- Aos **três dias do mês de julho do ano de dois mil e dezassete**, nesta Vila de Nelas e edifício dos Paços do Município, reuniu pelas nove horas, em reunião extraordinária, a Câmara Municipal de Nelas, sob a presidência do Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, estando presentes os Senhores Vereadores, Artur Jorge dos Santos Ferreira, Dr. Manuel da Conceição Marques, Dr.^a Sofia Relvas Marques, Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves e Adelino José Borges Amaral. -----

---- Registou-se a falta, considerada justificada, do Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges.-----

SITUAÇÃO FINANCEIRA

---- O Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, cumprimentou todos os presentes e declarou aberta a presente reunião extraordinária do dia 3 de julho de 2017. O Resumo diário de tesouraria referente ao dia 30 de junho de 2017 apresentava os seguintes saldos: - De operações orçamentais: 337.567,91 € (trezentos e trinta e sete mil quinhentos e sessenta e sete euros e noventa e um cêntimos); - De operações não orçamentais: 197.377,31 € (cento e noventa e sete mil trezentos e setenta e sete euros e trinta e um cêntimos). Total de disponibilidades – 534.945,22 € (quinhentos e trinta e quatro mil novecentos e quarenta e cinco euros e vinte e dois cêntimos). -----

(283/2017/07/03)1 – “CONSTRUÇÃO DA ETAR DE AGUIEIRA/CARVALHAL REDONDO” – ERROS E OMISSÕES – RATIFICAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 4292, datada de 12 de junho de 2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, que a seguir se transcreve: -----

---- *“Construção da ETAR de Agueira/Carvalhal Redondo” – Erros e Omissões -----*

---- *Na sequência da abertura do concurso publico para a execução da obra de construção da “ Construção da ETAR de Agueira/ Carvalhal Redondo” informa-se o seguinte: -----*

---- *1. Dentro do prazo referido no nº2 do artigo 61º do CCP, foram apresentadas listas de erros e omissões do caderno de encargos pelos interessados, descritos no anexo I; -----*

---- *Consequentemente, e porque foram apresentadas dentro do prazo concedido para o efeito, o prazo para apresentação de propostas, que deveria terminar no dia 12 de Junho, está suspenso desde o dia 8 de Junho, uma vez que o 5/6 daquele prazo terminou no dia 7 de Junho. Deste facto produziu-se uma mensagem na plataforma eletrónica “Acingov” informando da suspensão do prazo de entrega de propostas. -----*

---- *Refere-se no entanto que a suspensão do prazo, neste caso, é automática e não depende de qualquer decisão ou declaração da entidade adjudicante nesse sentido, conforme estipulado no nº 3 do artigo 61º do Código dos Contratos Públicos (CCP). -----*

---- *2. O n.º 5, do art.º 61.º do CCP impõe que “Até ao termo do prazo fixado para a*



Reunião de 03/07/2017

apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados,...

---- 3. Assim, dado que existiu uma contratação da prestação de serviços de conceção do projeto de construção da ETAR de Agueira/ Carvalho Redondo, as listas foram enviadas para o projetista para este se pronunciar sobre os erros e omissões apresentados. -----

---- 4. No dia 9 de Junho foi remetida pelo projetista uma lista com a identificação dos erros e omissões passíveis de serem aceite bem como os termos do suprimento de cada um dos erros, anexo II; -----

---- 5. No anexo III junta-se o mapa de trabalhos atualizado, bem como a lista de erros e omissões a ter em consideração pelos concorrentes; -----

---- 6. Assim, em conformidade com o n.º 5 e o n.º 6 do artigo 61º do CCP, na sua atual redacção, submete-se á consideração superior para aceitação/aprovação, o seguinte: -----

---- a) Que sejam aceites as listas de erros e omissões do caderno de encargos em anexo; -----

---- b) Que em conformidade com o disposto no n.º 7 do artigo 61º do CCP, na sua atual redacção, a referida decisão seja publicitada em plataforma electrónica utilizada pela entidade adjudicante, bem como juntar às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados do facto. -----

---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª.” -----

---- O Senhor Presidente da Câmara perguntou: Algum dos Srs. vereadores se quer pronunciar relativamente a esta questão? -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar a lista de erros e omissões identificados no caderno de encargos e aceites, com os respetivos termos de suprimento, e o mapa de trabalho atualizado, referentes ao procedimento concursal da empreitada: “Construção da ETAR de Agueira/Carvalho Redondo”, nos termos da informação interna n.º 4292, datada de 12 de junho de 2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, atrás descrita. -----

(284/2017/07/03)2 – “CONSTRUÇÃO DA ETAR DE VILAR SECO” – ERROS E OMISSÕES – RATIFICAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 4274, datada de 09 de junho de 2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, que a seguir se transcreve: -----

---- “Construção da ETAR de Vilar Seco” – Erros e Omissões -----

---- Na sequência da abertura do concurso publico para a execução da obra de construção da “ Construção da ETAR de Vilar Seco” informa-se o seguinte: -----

---- 1. Dentro do prazo referido no n.º 2 do artigo 61º do CCP, foram apresentadas listas de erros e omissões do caderno de encargos pelos interessados, descritos no anexo I; -----

---- Consequentemente, e porque foram apresentadas dentro do prazo concedido para o efeito, o prazo para apresentação de propostas, que deveria terminar no dia 09 de Junho, está suspenso desde o dia 7 de Junho, uma vez que o 5/6 daquele prazo terminou no dia 6 de Junho. Deste facto produziu-se uma mensagem na plataforma electrónica “Acingov” informando da suspensão do prazo de entrega de propostas. -----

---- Refere-se no entanto que a suspensão do prazo, neste caso, é automática e não depende de qualquer decisão ou declaração da entidade adjudicante nesse sentido, conforme



Reunião de 03/07/2017

estipulado no n.º 3 do artigo 61.º do Código dos Contratos Públicos (CCP). -----
 ---- 2. O n.º 5, do art.º 61.º do CCP impõe que “Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados,...-----
 ---- 3. Assim, dado que existiu uma contratação da prestação de serviços de conceção do projeto de construção da ETAR de Aguireira/ Carvalhal Redondo, as listas foram enviadas para o projetista para este se pronunciar sobre os erros e omissões apresentados. -----
 ---- 4. No dia 9 de Junho foi remetida pelo projetista uma lista com a identificação dos erros e omissões passíveis de serem aceite bem como os termos do suprimento de cada um dos erros, anexo II; -----
 ---- 5. No anexo III junta-se o mapa de trabalhos atualizado, bem como a lista de erros e omissões a ter em consideração pelos concorrentes; -----
 ---- 6. Assim, em conformidade com o n.º5 e o n.º6 do artigo 61.º do CCP, na sua atual redacção, submete-se á consideração superior para aceitação/aprovação, o seguinte: -----
 ---- a) Que sejam aceites as listas de erros e omissões do caderno de encargos em anexo; -----
 ---- b) Que em conformidade com o disposto no n.º 7 do artigo 61.º do CCP, na sua atual redacção, a referida decisão seja publicitada em plataforma electrónica utilizada pela entidade adjudicante, bem como juntar às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados do facto. -----
 ---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª.” -----
 ---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar a lista de erros e omissões identificados no caderno de encargos e aceites, com os respetivos termos de suprimento, e o mapa de trabalho atualizado, referentes à empreitada: “Construção da ETAR de Vilar Seco”, nos termos da informação interna n.º 4274, datada de 09 de junho de 2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, atrás descrita. -----
(285/2017/07/03)3 – “CONSTRUÇÃO DA ETAR DE LAPA DO LOBO” – ERROS E OMISSÕES – RATIFICAÇÃO
 ---- Presente a informação interna n.º 4290, datada de 12 de junho de 2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, que a seguir se transcreve: -----
 ---- “Construção da ETAR de Lapa do Lobo” – Erros e Omissões -----
 ---- Na sequência da abertura do concurso público para a execução da obra de construção da “ Construção da ETAR de Lapa do Lobo” informa-se o seguinte: -----
 --- 1. Dentro do prazo referido no n.º2 do artigo 61.º do CCP, foram apresentadas listas de erros e omissões do caderno de encargos pelos interessados, descritos no anexo I; -----
 ---- Consequentemente, e porque foram apresentadas dentro do prazo concedido para o efeito, o prazo para apresentação de propostas, que deveria terminar no dia 12 de Junho, está suspenso desde o dia 8 de Junho, uma vez que o 5/6 daquele prazo terminou no dia 7 de Junho. Deste facto produziu-se uma mensagem na plataforma electrónica “Acingov” informando da suspensão do prazo de entrega de propostas. -----
 ---- Refere-se no entanto que a suspensão do prazo, neste caso, é automática e não depende de qualquer decisão ou declaração da entidade adjudicante nesse sentido, conforme estipulado no n.º 3 do artigo 61.º do Código dos Contratos Públicos (CCP). -----



Reunião de 03/07/2017

---- 2. O n.º 5, do art.º 61.º do CCP impõe que “Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados,.....”

---- 3. Assim, dado que existiu uma contratação da prestação de serviços de conceção do projeto de construção da ETAR de Lapa do Lobo, as listas foram enviadas para o projetista para este se pronunciar sobre os erros e omissões apresentados. -----

---- 4. No dia 9 de Junho foi remetida pelo projetista uma lista com a identificação dos erros e omissões passíveis de serem aceite bem como os termos do suprimento de cada um dos erros, anexo II; -----

---- 5. No anexo III junta-se o mapa de trabalhos atualizado, bem como a lista de erros e omissões a ter em consideração pelos concorrentes; -----

---- 6. Assim, em conformidade com o nº5 e o nº6 do artigo 61º do CCP, na sua atual redacção, submete-se á consideração superior para aceitação/aprovação, o seguinte: -----

---- a) Que sejam aceites as listas de erros e omissões do caderno de encargos em anexo; -----

---- b) Que em conformidade com o disposto no nº 7 do artigo 61º do CCP, na sua atual redacção, a referida decisão seja publicitada em plataforma electrónica utilizada pela entidade adjudicante, bem como juntar às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados do facto. -----

---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª.” -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar a lista de erros e omissões identificados no caderno de encargos e aceites, com os respetivos termos de suprimento, e o mapa de trabalho atualizado, referentes à empreitada: “Construção da ETAR de Lapa do Lobo”, nos termos da informação interna n.º 4290, datada de 12 de junho de 2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, atrás descrita. -----

(286/2017/07/03)4 - “CONSTRUÇÃO DA ETAR DE MOREIRA” – ERROS E OMISSÕES – RATIFICAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 4272, datada de 09 de junho de 2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, que a seguir se transcreve: -----

---- “Construção da ETAR de Moreira” – Erros e Omissões -----

---- Na sequência da abertura do concurso público para a execução da obra de construção da “ Construção da ETAR de Moreira Lapa do Lobo” informa-se o seguinte: -----

---- 1. Dentro do prazo referido no nº2 do artigo 61º do CCP, foram apresentadas listas de erros e omissões do caderno de encargos pelos interessados, descritos no anexo I; -----

---- Consequentemente, e porque foram apresentadas dentro do prazo concedido para o efeito, o prazo para apresentação de propostas, que deveria terminar no dia 09 de Junho, está suspenso desde o dia 7 de Junho, uma vez que o 5/6 daquele prazo terminou no dia 6 de Junho. Deste facto produziu-se uma mensagem na plataforma electrónica “Acingov” informando da suspensão do prazo de entrega de propostas. -----

---- Refere-se no entanto que a suspensão do prazo, neste caso, é automática e não depende de qualquer decisão ou declaração da entidade adjudicante nesse sentido, conforme estipulado no nº 3 do artigo 61º do Código dos Contratos Públicos (CCP). -----

---- 2. O n.º 5, do art.º 61.º do CCP impõe que “Até ao termo do prazo fixado para a



Reunião de 03/07/2017

apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados,.....

---- 3. Assim, dado que existiu uma contratação da prestação de serviços de conceção do projeto de construção da ETAR de Lapa do Lobo, as listas foram enviadas para o projetista para este se pronunciar sobre os erros e omissões apresentados.

---- 4. No dia 9 de Junho foi remetida pelo projetista uma lista com a identificação dos erros e omissões passíveis de serem aceite bem como os termos do suprimento de cada um dos erros, anexo II;

---- 5. No anexo III junta-se o mapa de trabalhos atualizado, bem como a lista de erros e omissões a ter em consideração pelos concorrentes;

---- 6. Assim, em conformidade com o nº5 e o nº6 do artigo 61º do CCP, na sua atual redacção, submete-se á consideração superior para aceitação/aprovação, o seguinte:

---- a) Que sejam aceites as listas de erros e omissões do caderno de encargos em anexo;

---- b) Que em conformidade com o disposto no nº 7 do artigo 61º do CCP, na sua atual redacção, a referida decisão seja publicitada em plataforma electrónica utilizada pela entidade adjudicante, bem como juntar às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados do facto.

---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª.”

---- O Senhor Presidente afirmou: Dizer apenas que, relativamente à construção da ETAR de Aguireira/Carvalho Redondo, houve uma série de concorrentes e o mais bem posicionado é os Irmãos Almeida Cabral, mas virá depois o relatório do júri aqui à reunião de câmara. Na ETAR de Vilar Seco não apareceu nenhuma proposta, portanto, vamos ter que deliberar, aumentar o preço porque não apareceu nenhuma proposta para a construção da ETAR, pelo preço que foi o preço base anunciado. Construção da ETAR da Lapa do Lobo é, também, os Irmãos Almeida Cabral. Já chegou, sim? É, também, os Irmãos Almeida Cabral, de entre meia dúzia de concorrentes, à volta de meia dúzia, não posso precisar agora. E a ETAR de Moreira é, também está em fase já de arranque, portanto, está em fase de arranque da obra. Apenas houve um concorrente, que é uma empresa de Viana do Castelo, e está a todo o momento a iniciar-se, ainda durante o mês de Julho, não houve reclamações e, durante o mês de Julho, terá início a construção da ETAR de Moreira. Relativamente à ETAR, erros e omissões. Algum dos Srs. vereadores quer pronunciar-se?

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Queria, peço desculpa. Antes de mais, bom dia. Queria-lhe fazer uma pergunta, que é aplicável a todas, ao ponto 1, ao ponto 2, ao ponto 3, ao ponto 4 e ao ponto 5. Sr. presidente da câmara, eu gostava que ficasse esclarecido e que ficasse isso em acta, que é importante, para nós sabermos a forma transparente com que a câmara, a câmara não, com que o presidente da câmara faz os concursos. Eu pretendia saber, Sr. presidente da câmara, a construção da ETAR de Aguireira, se foi por concurso público, Vossa Excelência saberá responder, a construção da ETAR de Vilar Seco, se foi por concurso público ou convite, a número 3, construção da ETAR da Lapa do Lobo, se foi por concurso público ou convite, e a construção da ETAR de Moreira, se foi por concurso público ou convite. E, aquelas que foram por convite, Sr. presidente da câmara, era oportuno esclarecer, quais foram as, de ajuste directo, quais foram as pessoas que foram convidadas para esse efeito? Muito obrigado.



Reunião de 03/07/2017

---- O Senhor Presidente afirmou: Muito bem, mais algum dos Srs. vereadores tem alguma questão? Todas as ETAR, Sr. vereador, foram por concurso público. Concurso público anunciado na plataforma AcinGov, são todas superiores a cento e cinquenta mil euros e, obrigatoriamente, teria que ser por concurso público porque, como sabe, também estas ETAR estão ao abrigo da candidatura a um aviso do PO SEUR, em que o PT 2020 paga oitenta e cinco por cento do investimento, é a construção da ETAR e também a fiscalização e os estudos, os projectos. E, portanto, estas quatro ETAR foram todas concursadas em termos de concurso público. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou: E foram todas elas para concurso público? -----

---- O Senhor Presidente respondeu: Sim. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar a lista de erros e omissões identificados no caderno de encargos e aceites, com os respetivos termos de suprimento, e o mapa de trabalho atualizado, referentes à empreitada: “Construção da ETAR de Moreira”, nos termos da informação interna n.º 4272, datada de 09 de junho de 2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, atrás descrita. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Eu pedia só um minuto, porque tenho ali um documento importante para assinar, peço desculpa, o senhor chegou entretanto, só um minuto, está bem?

---- **Assim, foi feito um intervalo na reunião de Câmara.** -----

---- **Durante este intervalo, passou a reintegrar a reunião a Senhora Vereadora Dr.ª Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves.** -----

---- **Reaberta a reunião, o Senhor Presidente passou para o ponto 5 da Ordem de Trabalhos.** -----

(287/2017/07/03)5 – REAPRECIÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2016 E REMESSA DOS MESMOS AO TRIBUNAL DE CONTAS – APROVAÇÃO

---- Presentes os documentos de prestação de contas e relatório de gestão do ano de 2016, para reapreciação. -----

---- O Senhor Presidente perguntou: Algum dos Srs. vereadores se quer pronunciar relativamente a esta questão? Mais algum dos Srs. vereadores? Sr. vereador Marques, faça favor. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Muito obrigado Sr. presidente. Sr. presidente, eu estou aqui às nove e vinte e um minutos, depois de tanto folclore, depois de tanta mentira sobre as contas, ainda hoje, mesmo a esta hora, depois de tanta água que já correu, tanta escrita que já foi escrita, ainda hoje estou na dúvida como é que hei-de votar. Como é que hei-de votar porque, de facto, as contas, ao contrário do que a Vossa Excelência diz, não é o documento em si, não é a forma contabilística que ele está a ser apresentado, não, longe daí a minha crítica a quem, não sei se foram os serviços, se foram aquelas empresas avenças de Vossa Excelência que organizaram, que elencaram, que fizeram. É certo, não é isto que está aqui em questão, nem é isso que eu vou analisar, porque disso também não percebo lá muito, como Vossa Excelência disse, em contas já aprendi ali um bocadinho com o nosso Adelino. Mas, quero-lhe dizer que elas são, de facto, o espelho da ruína em que Vossa Excelência levou esta câmara, aliás, são o espelho daquilo que Vossa Excelência gastou em festas, daquilo que Vossa Excelência gastou nas avenças dos seus



Reunião de 03/07/2017

amigos. Infelizmente não espelham nada da acção social e acredite, Sr. presidente da câmara, o senhor sabe tão bem quanto eu, que ainda há pessoas neste concelho a viver em condições sub-humanas, e a câmara nada fez, nada faz, a não ser aí umas festas, aí umas tendas, aí uns conjuntos, é isso mesmo. Também nos brindou, Vossa Excelência, com toda a sua veemência, para nós assinarmos o protocolo-quadro, ou acordo-quadro da Endesa. Vossa Excelência coagiu os vereadores para lhe assinarmos este acordo-quadro, e coagiu os vereadores usando, mais uma vez, o bom carácter, a boa postura associativa dos dirigentes. Encheu esta sala para que os dirigentes nos coagissem, alguns, outros não, outros eram só o corpo presente, eu compreendo-os o que é estar um pouco, já nem digo do outro lado da barricada do presidente da câmara, mas, pelo menos, serem imparciais na matéria associativa. Vossa Excelência, no dia que outorgou este acordo-quadro, foi em trinta de Junho de dois mil e dezasseis. E, a pergunta clara e objectiva que lhe faço Sr. presidente da câmara, é esta: protocolou e assinou, Vossa Excelência, uma lista de subsídios eventualmente a protocolar com as associações. Depois, Vossa Excelência elencou uma lista com os subsídios a protocolar com as associações, oitocentos e quarenta e um mil euros. A pergunta que eu lhe faço, Sr. presidente da câmara: onde é que está este dinheiro, ele está expresso nas contas, a Endesa já o deu, vai dá-lo, ou foi mais uma mentira com que Vossa Excelência usou, usando as associações para nos coagir? É que este mapa diz: “Lista de associações eventualmente a protocolar” e, o saldo desses subsídios que, até hoje, ainda não chegaram, são oitocentos e quarenta e um mil euros. Eu pergunto: quando é que vêm? Se já estão previstos para vir, porque Vossa Excelência elencou aqui e assinou com os responsáveis da Endesa, esta linda lista de associações do meu concelho. “Académico Basket Clube de Nelas, Associação Cultural da Catedral da Águia, Associação Cultural Desportiva de Vilar Seco, Associação Cultural Juvenil de Teatro Hábitos, Associação Cultural e Informativa dos Amigos de Santar, Associação Desportiva Recreativa de Algerás Clube de Caça e Pesca, Associação Desportiva e Cultural Lapense, Associação Recreativa e Cultural da Póvoa de Santo António, Associação Recreativa e Cultural de Póvoa de Luzianes, Associação Desportiva Recreativa e Cultural Cimo do Povo, Associação Recreativa Cultural de Moreira, Associação de Folhadal Centro Social Cultural e Recreativo, Associação Filarmónica de Vilar Seco, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Nelas, Associação Recreativa e Cultural de Santo António Bairro da Igreja, Associação Recreativa Cultural Social Desportivo da Aguieira. Repito, Associação Recreativa Cultural e Social da Aguieira, Associação Recreativa da Vila de Senhorim, Associação Recreativa Desportiva Cultural de São João do Monte, Associação Recreativa do Pisão, Associação Recreativa Cultural “Os Carvalhenses”, Associação Recreativa Cultural das Caldas da Felgueira, Associação Recreativa Cultural do Paço em Canas de Senhorim, Basket Clube de Canas de Senhorim, Canto Encanto Associação Cultural de Canas de Senhorim, Centro de Reunião e Convívio das Comunidades Rurais das Carvalhas, Centro Social Cultural e Recreativo de Vila Ruiva, Civilização Activa Associação de Promoção de Actividades Culturais Recreativas e Desportivas, CNE, Corpo Nacional de Escutas do Agrupamento quinhentos e setenta e oito de Nelas, CNE, Corpo Nacional de Escutas do Agrupamento seiscentos e quatro de Canas de Senhorim, Dão BTT, Ligação de Santar da Cruz Vermelha Portuguesa, Fundação da Lapa do Lobo, Grupo Cultural e Recreativo de Santar, Grupo de Dançar, de Cantar Regionais Os Santarenses, Grupo Desportivo Recreativo e Recreio de



Reunião de 03/07/2017

Canas de Senhorim, Grupo de Teatro Amador Pais Miranda, Núcleo Sportinguista de Canas de Senhorim, Rancho Folclórico de Vilar Seco, Rancho Folclórico Recreativo Cultural de Rosas do Mondego, Santa Casa da Misericórdia de Santar, Sociedade Musical de Santo António de Carvalhal Redondo, SOS Nelas Associação de Animais em Risco, Sport Clube Nelas e Veteranos, Sport Lisboa e Nelas, Sport Vale Madeiras e Benfica, Sporting Clube de Santar, União Cultural e Recreativa do Rossio, Casa do Benfica de Canas de Senhorim, Amarelo Silvestre, Rede de Biblioteca Municipal, Casal Sancho Hikers, Universidade Sénior, Sociedade Musical 2 de Fevereiro, Paróquia de Nelas Vilar Seco Carvalhal e Agueira, Paróquia de Canas de Senhorim e Santar, Contra Canto, Casas do Visconde, Grupo Motards Fantasmas do Asfalto. E, Vossa Excelência escreveu, em parangonas para toda a gente ver: “Lista das associações eventualmente a protocolar”. Assinou Vossa Excelência e assinaram os representantes da Endesa, da Hidromondego. Vossa Excelência pôs aqui, nas listas eventualmente a protocolar, os subsídios, criou aqui uma lista com valores. Eu pergunto, Sr. presidente da câmara, em que situação é que está esses subsídios que Vossa Excelência prometeu, para sermos coagidos, aos humildes directores das associações? Onde é que está o dinheiro, quando é que o vai pagar? Vai pagá-lo no dia vinte e nove de Setembro, ou no dia trinta? É essa pergunta que eu lhe deixo, ou foi mais uma mentira de Vossa Excelência, que não consegue arranjar dinheiro, porque as outras câmaras, Sr. presidente da câmara, mais nenhuma câmara teve a ousadia de fazer o que Vossa Excelência fez, mais nenhuma, e eu conheço o protocolo de todas, da Câmara Municipal de Mangualde, da Câmara de Gouveia e da Câmara de Seia. Só o Presidente da Câmara de Nelas é que teve a mentira e a ousadia, enquanto Vossa Excelência não cumprir e não entregar esses oitocentos e quarenta e um mil euros que prometeu às associações do meu concelho, como umas contrapartidas do encerramento ou da não construção de barragem de Girabolhos, Sr. presidente da câmara, não passa de uma mentira, não passa de um enredo, não passa de um embuste. Se Vossa Excelência até à altura de sair desta casa, que vai sair desta casa, o povo não confia em si, se Vossa Excelência não pagar, é uma mentira, se conseguir pagar e demonstrar a este órgão que as associações vão ser ressarcidas pela não construção da barragem de Girabolhos, Sr. presidente da câmara, com a mesma forma, com a mesma veemência que eu estou aqui a acusá-lo agora, é com a mesma forma, com a mesma responsabilidade, com a mesma veemência que eu lhe venho pedir desculpa, e “farei-o” publicamente. Agora, diga às associações, hoje, porque isto também é contas da câmara, quando é que vai pagar os oitocentos e quarenta e um mil euros que prometeu, que assinou, no protocolo para nos coagir? -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Muito obrigado, Sr. vereador, Sr. vereador Adelino Amaral, faça favor. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Bom dia a todos. Eu, antes de entrar propriamente na apreciação das contas, queria deixar aqui uma nota em relação ao desenvolvimento deste processo. Julgo que é a sexta convocatória de uma reunião de câmara para discutir e apreciar e votar as contas de dois mil e dezasseis. Nas duas primeiras reuniões, as duas primeiras reuniões decorriam com normalidade até ao ponto em que o presidente de câmara entendeu que eu não tinha direito a explicar o meu ponto de vista e a dar a minha opinião sobre as contas. Interrompeu a primeira reunião e abandonou-a, interrompeu exactamente no mesmo ponto a segunda reunião e abandonou-a. Portanto, quando se diz que



Reunião de 03/07/2017

as contas não são aprovadas porque os vereadores faltam às reuniões e não aparecem nas reuniões é mentira, porque, na primeira reunião em que as contas foram agendadas para discussão, o que se passou foi exactamente o que eu acabei de dizer. Mais ou menos a meio, na primeira reunião, mais ou menos a meio daquilo que eu estimava ser a minha intervenção para apreciar as contas, fui interrompido sistematicamente e, depois, o presidente de câmara acabou por interromper a reunião e ir-se embora, portanto, e as contas ficaram por votar. E, na segunda reunião, quase nem me deixou começar a intervenção, porque entendeu que o que eu estaria a dizer não lhe agradava e voltou a interromper a reunião e voltou a abandonar a reunião. E, depois, a seguir agendou a discussão de contas para uma reunião extraordinária, sem consultar nenhum dos vereadores, em dias inapropriados para a maior parte de nós, que temos outra actividade para além da política, como sabem. E, numa segunda convocatória para uma reunião extraordinária, foi feito aqui uma, enfim, uma peça de teatro, não se pode dizer que tenha havido uma reunião, mas foi, de facto, posta aqui em palco uma peça de teatro que fingiu, que pretendeu fingir que se estava aqui a discutir e a votar as contas, numa pseudo reunião, que não tinha qualquer validade legal, porque não tinha quórum. E o próprio presidente de câmara confessa essa ilegalidade ao agendar para uma quinta reunião a discussão das contas para ratificar uma deliberação da câmara anterior. Portanto, o ridículo da situação é a câmara ratificar uma deliberação da própria câmara, portanto, é uma figura que acho que, eu não percebo nada de Direito, nem de contas, mas muito menos ainda de Direito, mas parece-me que a figura de ratificação, ainda por cima do mesmo órgão, parece-me que é uma coisa que não sei se nos manuais de Direito ela constará, e se constasse eu gostava que me dissessem onde, porque, de facto, prometo que faria uma moldura e encaixilharia esse artigo da lei, de qualquer lei, onde se fala na ratificação da ratificação da deliberação do próprio órgão, que é uma coisa absolutamente espantosa, inacreditável, que eu jamais imaginei que pudesse acontecer, mas aconteceu nesta casa. Portanto, o que se passou aqui foi, de facto, uma peça de teatro em que, enfim, eu não vou chamar fantoche a nenhum dos Srs. vereadores, peço desculpa, não era essa a minha intenção, mas de facto foi uma peça de teatro para divertir, ou melhor, para iludir uma parte dos assistentes que aqui estiveram, porque aquilo tratava-se para iludir e, até, se calhar, para ofender a sua consciência e a sua moral e a sua inteligência, porque dá-me ideia que se tivermos que catalogar o tipo de teatro, dá-me ideia que foi mais uma tragédia ou uma do que propriamente uma comédia. Portanto, posto isto, chegámos ao ponto e, depois, na reunião seguinte, a meu pedido e, porque, de facto, não, entendia, ou que não fazia sentido estar a ratificar ratificações e, porque, entretanto foi feito, foi pedido um parecer jurídico à tutela, portanto, a meu pedido os pontos foram retirados da agenda e fora agendados para hoje para esta reunião. Portanto, qual é o ponto da situação actual? É, as contas, entretanto nessa, houve uma reunião extraordinária anterior, em que eu infelizmente não estive presente, em que a câmara deliberou não aprovar as contas. Portanto, o que existe neste momento é: as contas não estão aprovadas pela câmara, estão reprovadas pela câmara e, depois, há uma pseudo deliberação a dizer que as contas estão aprovadas, mas que não tem validade legal. Portanto, neste momento, as contas, estão reprovadas, portanto, as contas da câmara neste momento, estão reprovadas. E, eu parece-me que, antes de deliberarmos a aprovação das contas, deveríamos anular essa deliberação de reprovação das contas. Eu, se calhar, até achava que devíamos era perceber qual é o enquadramento legal disto tudo, porque eu acho que nós estamos aqui num lamaçal, num emaranhado de lei, ou de



Reunião de 03/07/2017

falta de lei, ou de falta de bom senso, ou de falta de juízo, ou de falta de carácter, ou de falta de coragem ou de falta de honestidade. Estamos aqui num lamaçal e no qual eu não quero participar, portanto, eu estou a participar nesta câmara e vou participar nesta discussão, sob protesto e manifestando e requeiro, por favor, que isto conste em acta. Estou, nesta reunião, sob protesto, e sinto-me coagido, sinto-me, vou participar na discussão sentindo-me, portanto, eu vou repetir, portanto, por tudo o que acabei de citar e porque, de facto, neste momento, eu não consigo perceber o que é que estamos a discutir, se estamos a discutir a anulação da deliberação de câmara, se estamos já a discutir a ratificação de uma, a deliberação de uma pseudo-reunião, portanto eu, neste momento, acho que isto está envolto aqui numa teia de irregularidades e de ilegalidades e eu tenho sérias dúvidas que, de facto, aquilo que a gente está aqui a fazer seja ética e moralmente válido e, mesmo do ponto de vista legal, tenho sérias dúvidas que isto tenha, também não tenha ilegalidades aqui pelo meio. Portanto, eu repito, participo nesta reunião sob protesto, manifesto o meu receio, o meu profundo receio porque este processo não esteja todo ferido de ilegalidades e de irregularidades, mas como não sou cobarde e não fujo à discussão, permaneço na reunião e participarei na discussão, mas, repito, sob protesto e com as maiores reservas em relação àquilo que é o cumprimento da lei e das normas legais em relação a esta matéria. Em relação às contas, enfim, por duas vezes tentei fazer aqui uma intervenção, mais ou menos estruturada, que foi interrompida pelas duas vezes, portanto, eu vou tentar recuperar aqui alguma coisa daquilo que eram as ideias chave dessa minha intervenção, até porque ela foi preparada penso que há um mês e tal, ou foi feita há um mês e tal, portanto e, durante este tempo todo, eu, de facto, também não tenho disponibilidade para andar todos os dias a estudar os *dossiers*. Portanto, e vou começar por uma questão que é uma questão pertinente, que é a questão da evolução do endividamento municipal. Para quem tem acompanhado a evolução da situação financeira, económica e financeira da câmara municipal, nota, verifica, claramente, que a evolução das contas, a evolução da situação económica e financeira da câmara tem sido favorável nos últimos anos. É uma evidência que ninguém pode desmentir. Eu estive aqui nos últimos três, ou quatro mandatos, acompanhei, de facto, essa evolução. Fui, como toda a gente sabe, muito crítico em relação à forma de gerir as finanças do município, que deu origem ao nível de endividamento quase incontrolável, que levou até à declaração de falência do município e, de facto, temos que ser justos e honestos, e dizer que a evolução do endividamento tem sido favorável nos últimos anos. Ao ponto de que, nas contas que são apresentadas agora, o endividamento global é de onze milhões quatrocentos e sessenta e sete mil euros. Não é bem os dez milhões que se falam, é um bocadinho acima, talvez no final deste ano chegue aos dez milhões, ou dez milhões e pouco, mas as contas que nós estamos a analisar, o endividamento é de onze milhões quatrocentos e sessenta e sete. E, no ano passado, portanto, em dois mil e quinze, era doze milhões quatrocentos e trinta e nove e, em dois mil e catorze era treze milhões quinhentos e treze e, em dois mil e treze era catorze milhões novecentos e cinquenta e quatro. Portanto, regra geral, o endividamento tem vindo a reduzir-se cerca de um milhão de euros ao ano, o que é bom, não é extraordinário, podia ser melhor, mas digamos que é um bom *score*. Mas, também, em abono da verdade, e porque nós não podemos dizer só uma parte da verdade, também temos que dizer que em dois mil e treze, portanto, o endividamento como eu disse era catorze milhões novecentos e cinquenta e oito, mas a recuperação iniciou-se em dois mil e onze. E, porquê, ou, melhor em dois mil e onze foi



Reunião de 03/07/2017

o ano recorde das dívidas da câmara, graças a uma série de coisas que foram feitas no período eleitoral em dois mil e nove, e o que está aqui em causa, de facto, são os períodos eleitorais em que normalmente, há uma grande sensibilidade, quer dos executivos para gastarem dinheiro, quer das associações e das populações a exigirem que nesse ano de eleições sejam feitas coisas que, durante os anos anteriores dos mandatos, não são feitas. Portanto, há aqui, de facto, uma conjugação de motivações, e isso normalmente dá origem a que, no ano das eleições, as contas derrapam. Portanto, e fruto dessas aventuras em dois mil e nove, a dívida da câmara chegou em dois mil e um, porque, depois, foi nessa altura que foi feito um empréstimo para tapar uma série de buracos, o endividamento chegou a dezasseis milhões novecentos e cinquenta e quatro mil, portanto, praticamente dezassete milhões de euros. E, depois, em dois mil e doze baixou para quinze milhões e quatrocentos mil, portanto, esta tendência da redução de um milhão de euros no endividamento por ano é uma tendência que, felizmente, se iniciou já em dois mil e doze. Portanto, não se iniciou em dois mil e catorze, iniciou-se em dois mil e doze, fruto da declaração de falência, da queda da câmara em situação financeira, do aliviar de uma estrutura, nomeadamente em termos de recursos humanos que permitiu uma redução da factura, de alguns custos. Portanto, e desde dois mil e doze que a câmara tem, felizmente, uma redução da dívida de um milhão de euros por ano, portanto, é verdade que o actual executivo, ou melhor, porque é o presidente de câmara que invoca esse, que invoca, de facto, os louros desse feito, é verdade que tem reduzido a dívida, mas também é verdade que essa redução já se tinha iniciado no mandato anterior, portanto, o seu a seu dono, a verdade acima de tudo e os números são o que são. Pelo menos é assim que eu os leio, embora às vezes a vista também já vai ficando turva e já não os lê muito bem e, se eu estiver equivocado, algum dos Srs. vereadores com certeza que tem uma visão muito mais apurada, faça o favor de me chamar à atenção. O segundo ponto, a questão dos subsídios e a questão dos subsídios às associações, e a questão dos subsídios/saldo orçamental, e a questão dos subsídios/obras de Girabolhos e a questão, ou, melhor, compensação por não execução de Girabolhos, e obras em todos os lados/por fruto da não execução da barragem de Girabolhos. Eu acho uma situação inimaginável discutirmos as contas, muito sinceramente, e os senhores que estão aqui, que a maior parte de vós provavelmente representa associações, e que eu aproveito para enaltecer e cumprimentar e louvar todo o vosso trabalho e todo o vosso empenhamento, e nunca é demais a autarquia apoiar e associar-se ao vosso esforço, embora, com toda a franqueza vos diga que há subsídios e há associações a quem os subsídios são atribuídos para despesa de funcionamento, aliás, isso é visível aqui nesta lista. O que, só por si, contraria o espírito do apoio do município a uma associação, a câmara deve apoiar as instituições e deve apoiá-las convenientemente, mas não é para despesa de funcionamento. Não é para essa associação pagar a luz ou, eventualmente, pagar a diferença no preço de custo do café e no preço de venda das bicas, portanto, e nem para pagar o correio e a limpeza. Não é para isso, não deve ser para isso, e eu, perdoem-me se a minha intervenção pode parecer ofensiva para alguém, ou para alguma associação, mas o espírito da lei é claro, as autarquias têm obrigação de apoiar o movimento associativo, certo, como? Apoiando iniciativas, apoiando eventos, apoiando realizações e apoiando investimento em obras. Essas são as áreas em que as autarquias podem e devem ajudar as associações, e, devem fazê-lo de forma clara, e de forma inequívoca, e sem medo, não é preciso andar a esconder nada. Agora, dar um subsídio de trezentos euros para despesa de funcionamento parece-me uma esmola que não



Reunião de 03/07/2017

dignifica nem o município, nem as instituições, nem as associações. E, de facto, a troco dessa esmola, desses míseros trezentos, quinhentos, mil euros, obrigar as pessoas das associações a fazerem o papel que, às vezes fazem, de vir aqui coagir e participar neste teatro de coação em relação a coisas que não têm nada a ver, parece-me mal. Parece-me mal, com toda a franqueza. Todos os senhores que estão nas associações sabem que eu sempre defendi este modelo de ajuda às associações. Querem fazer uma obra, querem cobrir a associação, querem renovar a iluminação, querem substituir as janelas? Sim senhora, a câmara deve apoiar, mas deve apoiar claramente, não é com mil euros, deve apoiar claramente. E, se calhar, daí não pode apoiar todas as associações todos os anos, e muito menos em período eleitoral, não pode andar com esta pouca vergonha de fazer uma lista de não sei quantas, todas as associações, e dar mil euros a uma, quinhentos a outra, dois mil a outra, para, enfim, para fazer o quê, para ser agradável no período eleitoral? Tudo bem, os senhores que estão à frente das associações dão-se a esse papel, eu, lamento, não dignificam, nem as vossas instituições, nem dignificam a câmara, e muito menos estão a dar um contributo válido e sério para aquilo que nós queremos que as contas da autarquia, em primeira mão, que as contas da autarquia sejam reais, verdadeiras, justas e sustentáveis. Chegámos ao ponto de aprovar aqui um subsídio, uma câmara que está em situação de ruptura financeira, aprovámos um subsídio para uma instituição fazer o saneamento financeiro. Quer dizer, isto é o roto a rir-se do esfarrapado, ou melhor, o roto a pedir ao esfarrapado. Uma instituição que está com necessidades de tesouraria, vem à câmara pedir um subsídio para fazer o saneamento financeiro, que é uma coisa completamente estranha, completamente estranha. Portanto, este meu preâmbulo, peço desculpa, não quero de facto ser indelicado para nenhum dos senhores, mas, como sabem, quem me conhece sabe que eu também sou frontal, portanto, e não digo as coisas nas costas e bato nas costas e digo as coisas por trás e depois na frente digo outras, não é assim. Podem contar com o meu apoio sempre, sempre que precisarem, para tudo e mais alguma coisa, agora, dentro daquilo que são as competências de cada um dos órgãos, e dentro daquilo que é o cumprimento da lei. Portanto, o facto de se querer chantagear e dizer “Ah, têm que aprovar as contas, que é para dar os subsídios às associações”, isso é uma falsidade pura. É uma falsidade pura, tanto mais que, no orçamento deste ano, dois mil e dezassete, ainda há uma folga de trezentos e tal mil euros de subsídios disponíveis para serem pagos. O que está aqui em causa é que, o mais certo é que a câmara, neste momento, não tem dinheiro, portanto, e, como não tem dinheiro, não os pode pagar, portanto, antes de se vir aqui reclamar um reforço das dotações orçamentais que permita fazer pagamento a associações, ou seja o que for, deveríamos ser rigorosos e, pelo menos, afectar o orçamento deste ano na sua totalidade e, depois, “Eh pá, o orçamento esgotou-se, agora precisamos, há aqui mais umas necessidades, umas instituições, precisamos de fazer aqui um reforço”, e aí tudo bem. Em situações devidamente identificadas e claramente necessitadas, a câmara estaria disponível para isso. Portanto, digamos que esta ligação entre a aprovação das contas e a atribuição de subsídios às associações e o apelo para que as pessoas das associações venham aqui participar na coação aos vereadores, de facto, é uma coisa que eu acho que até é criminosa, com toda a franqueza, é uma coisa criminosa. Porque, não me parece bem que se esteja a coagir um órgão como a câmara municipal, para tomar deliberações que, ainda por cima, estão aqui no limiar da legalidade. Esta coisa dos subsídios, de facto, por isso é que se fazem protocolos, às vezes, a troco de coisa nenhuma, fazem-se os protocolos porque, de facto, a lei impõe regras em



Reunião de 03/07/2017

relação a isso. Regressando às contas. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Sr. vereador, desculpe, neste intervalo, o artigo nono do regimento da câmara municipal diz: “Os subscritores de cada proposta, no seu conjunto, dispõem de cinco minutos para apresentar, dispondo cada membro três minutos, no total, para a respectiva análise, discussão e pedido de esclarecimento”. Eu digo ao Sr. vereador que já está a falar há vinte e um minutos e pedia-lhe, por favor, para ser mais conciso na apresentação das suas razões, porque já invocou diversas ilegalidades, invocou diversas leis, e que tem dúvida, eu, sobre isto, não tenho nenhuma dúvida. Estamos numa reunião de câmara, que tem toda a dignidade e tem um regimento, e diz que o senhor devia falar três minutos, já está a falar há vinte e um, sete vezes mais, portanto, atalhe por favor. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Fez aqui um espectáculo no dia vinte e três, de facto um belíssimo espectáculo, ilegal e este é um homem licenciado em Direito na Faculdade de Coimbra. ai meu Deus. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Sr. vereador, eu peço desculpa ter interrompido, mas era só este ponto de ordem, faça favor de prosseguir. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Eu, naturalmente, se há pessoa que acha que a lei é para cumprir, eu sou o primeiro e, se o Sr. presidente disser, porque está no regimento, que a partir de agora os Srs. vereadores e o Sr. presidente só usam cinco minutos para defender as suas propostas e três minutos para as discutir, eu calo-me já, e vamos aplicar isso a partir de agora. Agora, tem é que explicar às pessoas porque é que há aqui reuniões que duram não sei quantas horas, doze horas, ou treze horas, ou catorze horas, porque é que há aqui reuniões, ou nove horas, porque é que há reuniões que duram oito, ou nove horas? E, se formos medir o tempo gasto por cada um dos vereadores das oito horas, seis são consumidas por intervenções do presidente de câmara a repetir-se, pá, eu não vou dizer aqui um termo feio, que se dizia em relação a umas pessoas que andavam nas feiras a vender um determinado produto para pôr em cima das feridas, mas, de facto, há aqui intervenções do presidente de câmara que me fazem lembrar esses feirantes. Portanto, porque é chover no molhado, e essas sim, e aí sim, e nesses casos, e muitas das vezes são horas e horas aqui a tratar mal as pessoas e a insultar as pessoas. Não, não, isto é um ponto de ordem, isto é um ponto de ordem porque o Sr. presidente também fez um ponto de ordem, e eu também tenho direito a fazer pontos de ordem, isto é um ponto de ordem. Não faz parte da minha intervenção, porque o Sr. presidente interrompeu a minha intervenção. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Sr. vereador, mas estão quanto tempo mais vai falar? Desculpe lá, vamos estar aqui toda a manhã a ouvi-lo? Eu só pedi para ser conciso, porque isto aqui nem é um comício político, isto é um órgão autárquico, que tem regras e, portanto, eu estou a chamar à atenção. Sr. vereador, que já, eu estou a chamar à atenção ao Sr. vereador, que já está no uso da palavra há vinte e um minutos, eu pedi-lhe apenas. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Eu ouvi o seu comício aqui no dia vinte e três pelo telefone, Sr. Presidente. -----

---- O Senhor Presidente continuou: Respeitosamente que Vossa Excelência nos diga quanto tempo precisa mais. Então faça favor de prosseguir. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Não outro tanto. Se gastei vinte e um minutos, não vou precisar de mais vinte e um minutos. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Faça favor de prosseguir. Eu aceito o repto que lançou, que



Reunião de 03/07/2017

é cumprirmos o regimento escrupulosamente. -----
 ---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Sr. Dr., veja as actas, e veja quem é que lá fala, fala, fala, fala. Veja as actas, ou leve-as aos cidadãos para eles consultarem e vêem que é que, de facto, economiza tempo, ou quem é que está aqui a divagar. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Eh pá, não quero, eu já percebi que vocês querem arranjar um incidente para não votar a conta, é isso que vocês querem portanto, toca a andar, eu vou estar aqui todo o dia se for preciso, para vocês não, corajosamente votarem as contas, que é aquilo que vocês não querem fazer. Eu já percebi, o Sr. vereador Adelino é capaz de estar aqui até três, ou quatro horas, para não votar as contas, mas eu vou, olhe, a partir agora não vou abrir a boca, pode falar cinco horas, ou seis, que é o que o Sr. vereador está a fazer. Até agora eu não percebi, as contas estão bem ou as contas estão mal? Há alguma ilegalidade nas contas? Ainda não percebi. Está a falar sobre o quê? Que eu ainda não percebi, sobre associações, sobre subsídios, sobre ilegalidade, sobre a conta, mas vocês não querem é votar a conta. E, depois, estão a dizer que estão a ser coagidos. Sr. vereador, com o devido respeito, Vossas Excelências estão a tentar arranjar um incidente para não fazer aquilo que é a vossa obrigação, que é votar as contas, vá, então continue Sr. Vereador. Pronto, faça favor. Peço desculpa ter interrompido. Peço desculpa ter interrompido Vossa Excelência, prossiga. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Tenha vergonha Sr. presidente, diga a verdade aos cidadãos que estão aí presentes, ao povo, que é o que eles querem saber, e não venha com a mentira que o senhor normalmente usa no seu *modus operandi* político, essa é que é a vergonha deste concelho. Rebentou esta Câmara. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Sobre as contas, aliás, eu tenho estado a falar sobre as contas. Como sabem, as contas de uma instituição como a câmara baseiam-se num documento fundamental, que é o orçamento anual e, depois, a apreciação das contas, a prestação de contas, portanto, é sempre com base naquilo que é o orçamento, e porquê? Porque é que as contas de uma autarquia se têm que basear num orçamento? É porque uma autarquia não é propriamente uma empresa. A empresa, se tiver capacidade de endividamento, se tiver bom nome na praça, se tiver bons fornecedores, se conseguir ir à banca financiar-se, uma empresa pode laborar eternamente sem ter as contas aí deliberadas. Até pode laborar, com prejuízo, até esgotar aquilo que são os capitais próprios. Portanto, as empresas não têm que obedecer a um documento base que é o orçamento. Mas, como o legislador, como a classe política desconfia dela própria, porque é mesmo assim, os políticos desconfiam deles próprios. Foram criados mecanismos na lei que impeçam que as câmaras sejam geridas como empresas. Precisa de dinheiro, vai à banca, a banca confia na empresa, empresta-lhe dinheiro, e não é controlado, nem a dívida, nem a evolução, portanto, no curto prazo, das contas. E é um bocadinho diferente, também, do que é, por exemplo, nas associações que alguns dos senhores representam, que é: limitam-se a chegar ao fim do mandato e diz: “Olha, este ano recebemos aqui, tanto daqui, tanto de, e gastámos tanto daqui, portanto, houve um saldo aqui de tesouraria”, portanto, na câmara não é assim. A câmara tem um documento fundamental que é o orçamento, para evitar o quê? Para evitar que as câmaras incorram em despesas sem ter receitas para cobrir essas despesas, portanto, e é esse o ponto e esse é sempre o ponto aqui, e tem sido sempre essa a minha luta, desde dois mil e um. É: as contas da câmara têm que estar equilibradas, como? Os orçamentos são para cumprir, pode



Reunião de 03/07/2017

haver desvios, com certeza que sim, agora, os desvios não podem é ser sempre no mesmo sentido. Gasta-se mais do que aquilo que se recebe, e, depois tem que se ir à banca, fica-se a dever a fornecedores, as facturas ficam na gaveta, há uma série de tropelias que são feitas aqui e que, depois, levam a câmara à situação financeira a que se chegou no ano de dois mil e onze. Portanto, é fundamental haver controle orçamental, e é fundamental que a prestação de contas seja feita, e a apreciação da prestação de contas, seja feita à luz daquilo que é o orçamento e que é a execução orçamental. Porque as contas estão bem, obviamente, as contas são feitas em sistemas informáticos, por técnicos competentes, até, talvez este ano não tanto, mas do ponto de vista da confiança que toda a câmara deposita na estrutura humana da autarquia, as contas estão rigorosamente certas, não há dúvida nenhuma. Agora, o problema é que, mesmo com as reservas que são colocadas nos orçamentos, o problema é que as contas não revelam que o orçamento foi executado como deve de ser, por exemplo: a parte do orçamento das receitas foi executada em noventa e três por cento, está lá perto, das receitas. O que é que quer dizer? Quer dizer que se recebeu menos do que aquilo que estava previsto, é um desvio de sete por cento. Tudo bem, dirão os senhores: “Tudo bem, então isso também cortam-se dez por cento na despesa e não há problema nenhum, está equilibrado”, pois, não. É que, a parte do orçamento das despesas não foi executada assim, nomeadamente, algumas rubricas da despesa. Enquanto na despesa de capital a execução ficou por sessenta por cento, ou seja, só se fez pouco mais de metade da despesa em investimento que estava previsto, estavam previstos investimentos na ordem dos três milhões quinhentos e trinta e sete mil euros, e apenas foram feitos dois milhões cento e vinte e um. Portanto, houve aqui um desvio claro prejudicial para a economia local, prejudicial para as populações, prejudicial para as freguesias, prejudicial para as instituições todas, incluindo as associações. Houve um desvio no investimento de um milhão e quatrocentos mil euros, um milhão e quatrocentos mil euros que se investiu a menos. O orçamento da despesa em bens de capital só foi realizado em sessenta por cento, repito. E sabem o que é que são esses sessenta por cento? Voltando à analogia com a contabilidade das empresas, as empresas também compram máquinas, também fazem obras, e não pagam, ou, melhor, pagam tudo na hora, porque vão ao banco, mas depois aquilo é reflectido na contabilidade ao longo dos anos. São as chamadas amortizações, que são feitas durante dez anos, vinte anos, depende dos equipamentos. Pois, bem, a estrutura de custos da câmara tem dois milhões, quinhentos e quarenta e dois mil euros de amortizações em dois mil e dezasseis, dois milhões quinhentos e quarenta e dois, e a câmara gasta, em despesa de investimento, dois milhões cento e vinte e um. Ou seja, o que a câmara está a gastar, e esta situação vem-se repetindo de trás, não é de agora, vem-se, é uma situação crónica. O que é que quer dizer? Quer dizer que o que a câmara gasta em investimento não chega para cobrir o desgaste do imobilizado, que é o que significam as amortizações. Portanto, o que a câmara gasta em investimento não cobre, sequer, as amortizações, fica quatrocentos mil euros abaixo. Portanto, há aqui, de facto, uma distribuição da despesa que não é equilibrada, que não é sustentável. Então, se a câmara não investe no imobilizado, nem sequer aquilo que é a amortização, que corresponde ao desgaste do imobilizado, então onde é que nós vamos chegar? Vamos chegar ao ponto em que, de facto, o património se vai degradando. O património vai-se degradando, os edifícios, os arruamentos, tudo. Vai-se degradando, porque não há investimento para fazer a sua própria manutenção e reparação. E, o contraponto disto, qual é? Que é aquilo que é o ponto, também, central da



Reunião de 03/07/2017

discussão, é que, cada vez mais, se gasta em despesa corrente, cada vez mais se gasta em aquisição de bens e serviços. É necessário para manter a estrutura a funcionar? Claro que é, eu não sou a favor do corte cego, não sou a favor, mas sou a favor é do uso de critérios racionais, para fazer essa despesa. E, na aquisição de bens e serviços que, no fundo, é aquilo que é gasto no dia-a-dia, o orçamento da câmara previa três milhões cento e sessenta e três mil euros, e a execução foi de quatro milhões cento e vinte e dois, portanto, há aqui um milhão de euros gastos a mais em relação àquilo que estava previsto, um milhão de euros gastos a mais. Não sei se me estou a fazer entender, corta-se nas obras e. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Sr. vereador, mas, isto não é uma lição de economia, é uma reunião de câmara, vá, se faz favor... -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: É, é, é uma lição de economia. Eu próprio estou a aprender, eu, enquanto estou a falar também me estou a tentar perceber, e eu gostava que alguém que tomou a decisão, que eu presumo que tenha sido o Sr. presidente de câmara, embora, agora. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: já lhe digo mas, eu já lhe explico essas coisas, Sr. vereador, vá. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Embora agora tenha uma série de consultores, tem uma série de consultores, eu não sei quem é que toma as decisões, com toda a franqueza, mas gostava que nos explicassem o porquê destas opções. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Sr. vereador, mas vamos ficar aqui toda a manhã com Vossa Excelência a falar numa reunião de câmara? Ainda não percebi. Isto não é uma aula de economia, isto é uma reunião de câmara, há deliberações para tomar que têm implicações fundamentais numa revisão orçamental e numa alteração orçamental, e os beneficiários das despesas correntes, muitos deles são associações, precisam do voto de Vossa Excelência. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Não é verdade, Senhor Presidente. Dois milhões de euros para as suas avenças dos seus amigos, Diga a verdade. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Mas vamos prosseguir. Eu volto a repetir, já está a falar outra vez há quinze minutos seguidos, falou da primeira vez vinte e um minutos, desta vez quinze minutos, o regimento diz que tem direito a falar três minutos, Vossa Excelência já falou um acumulado de trinta e seis minutos. Eu estou-lhe a alertá-lo, o senhor está a violar gravemente o regimento da reunião de câmara, mas faça favor de prosseguir. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: O senhor violou gravemente a lei aplicável no nosso país, convocou aqui uma reunião ilegal, sabendo que era ilegal e depois, reconheceu essa realidade, pedindo que ratificassem um acto nulo, um acto ilegal, isso é que é violar a lei, Sr. presidente... -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Eu não quero deixar que Vossa Excelência faça um juízo sobre as contas, é só, desculpe, mas não está, Sr. vereador, não está no uso da palavra. Eu não quero que V.^a Ex.^a deixe de fazer uma apreciação crítica sobre as contas. Eu pedia-lhe era para ir directo ao assunto, percebe? Não esteja, pá, ai Jesus pá, mas eu estas aulas dispenso, eu tive economia política na faculdade. Eu peço desculpa pela interrupção, ao fim de quinze minutos do segundo *round*, o primeiro foi vinte e um, o segundo quinze, agora faça favor de prosseguir. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Eu peço desculpa mas há aqui duas notas que eu tenho que deixar primeiro. Se alguém acha que em três minutos se pode



Reunião de 03/07/2017

discutir qualquer coisa como seja documentos de prestação de contas, então é melhor, se calhar, nem usarmos a palavra, se calhar é melhor nem fazermos reuniões, porque três minutos, de facto, é para desejar um bom dia às pessoas e pouco mais. E, depois, há uma segunda nota, é que as pessoas conhecem as minhas fragilidades, e usam-nas para, de facto, perturbar o meu raciocínio, porque também já tenho uns anos e também já não tenho capacidade para estar a rebobinar o filme a toda a hora e voltar a, e retomar o sentido das coisas, de maneira que causa-me alguma perturbação este interromper constante, e esta agitação à volta, pá, custa a ouvir? Custa. A situação não é boa? Não, mas temos que a analisar com frieza? Temos, é o nosso dever, por muito que nos custe. Eu gostava de chegar aqui e dizer: “Eh pá, isto é brilhante, temos aqui investimentos por todo o lado, temos aqui dinheiro para todo o lado, temos aqui carradas de dinheiros para as associações”, como foi dito, aliás, quando vos falaram no protocolo pela não construção da barragem de Girabolhos, com certeza foi-vos dito: “Há aqui oitocentos mil euros de subsídios para as associações”, onde, já chegou algum desse dinheiro? Não chegou, portanto, desculpem-me lá, mas eu não aceito que me atirem com areia para os olhos e depois, ainda por cima, mantenho-os abertos e digo que estou a ver tudo muito bem, não. Se me atirarem com areia para os olhos, e se eu não tapar os olhos antecipadamente, naturalmente fico sem ver. Portanto, e é isso que, no fundo, está aqui a ser feito, é atirar com areia para os olhos, obrigando as pessoas a manter os olhos abertos, que é para ficarem mesmo cegos. Pá, e eu não pactuo com isso, desculpem-me lá, portanto, compete-me, enquanto vereador, compete-me defender a verdade, o rigor, a justiça, a transparência, e é isso que eu estou a tentar fazer. Pá, agrade ou não agrade, paciência, uso os argumentos que sei, que tenho, naturalmente haverá outros, se calhar até estou errado, eu, se calhar, até estou errado. Se calhar, este número que eu acabei de citar, que é uma taxa de execução das despesas correntes do orçamento de cento e trinta por cento, portanto, mais do dobro do que a taxa de execução das despesas de investimento, mais do dobro porque a conversa é todos os anos, é aqui a mesma. “Não” Quando é a aprovação do orçamento, “Não, agora pomos esse dinheiro aí no investimento mas depois, se houver hipótese, durante o ano transferimos do orçamento de correntes para capital, para reforçar o investimento”, não, é ao contrário. É o contrário, é sempre o contrário, é sempre o contrário, os orçamentos são mal feitos? São, os orçamentos são mal feitos, são feitos sem rigor, são feitos para iludir, são feitos para prometer aquilo que se sabe que, à partida, não pode ser feito, por isso é que esta câmara, estes vereadores, este ano, e bem, exigiram que o orçamento fosse aproximado da realidade. Porque, o orçamento inicial tinha lá uma coisa, dezasseis milhões e não sei quantos mil euros, aquilo dava dinheiro para tudo e mais alguma coisa. Não dava dinheiro, dava era para se endividar, dava era para contrair dívidas, dava era para repor a dívida da câmara, em vez de ficar nos dez milhões e tal de euros, como se prevê que possa ficar este ano, iria ficar outra vez nos catorze milhões. Isso é que dava. E é contra isso que eu aqui me bato sempre, sempre, desde o primeiro dia que entrei aqui. A câmara, naturalmente, tem que ter dívidas, lá, não passa na cabeça de ninguém que a câmara não tenha que ter, mas tem que ter dívidas controladas, e que sejam possíveis pagar. Portanto, retomando, enquanto na aquisição de bens de capital, seja investimento, a execução foi sessenta por cento, gastou-se dois milhões cento e vinte e um mil, quatrocentos mil euros abaixo das amortizações, na aquisição de bens e serviços gastaram-se quatro milhões cento e vinte e dois mil, portanto, mais um milhão daquilo que estava previsto no orçamento. E, esta aquisição, este acréscimo na aquisição de



Reunião de 03/07/2017

bens e serviços, é uma tendência sustentável, infelizmente, não se percebe muito bem porquê. Nos últimos anos este acréscimo tem sido de duzentos mil euros, cerca de duzentos mil euros por ano, portanto, todos os anos as despesas correntes aumentam cerca de duzentos mil euros. E, claro, se todos os anos aumentam, o recorde absoluto foi atingido em dois mil e dezasseis, portanto, com os tais quatro milhões e cem mil euros. Só para terem um termo de comparação, quando o Dr. José Correia, quando o Partido Socialista deixou a câmara em dois mil e cinco, a despesa corrente não chegava a dois milhões de euros, a despesa corrente com aquisição de bens e serviços, atenção, sem contar as despesas com pessoal. Enquanto que, nas despesas de capital, a evolução foi contrária. Neste momento tem-se uma média de despesa de investimento de um milhão e setecentos mil euros, e tem uma redução média em relação ao exercício anterior de um milhão e novecentos mil euros, ou seja, menos de cinquenta por cento, só para terem uma ideia. Só para terem uma ideia, também comparando com dois mil e cinco, enquanto que este ano, como eu disse há bocadinho, o valor de investimento foi de dois milhões cento e vinte e um mil, em dois mil e cinco, portanto, já lá vão doze anos, foi de três milhões setecentos e sessenta. Em dois mil e cinco, há doze anos, a câmara investia mais, em valor absoluto, não é relativo, investia mais, muito mais, do que agora. Em dois mil e cinco a câmara investiu três milhões setecentos e sessenta mil euros e, este ano de dois mil e dezasseis, só investiu dois milhões cento e vinte e um, pouco mais de metade, portanto, isto o que é que significa? Significa que as prioridades agora são outras. As prioridades não é fazer obra, não é desenvolver a economia, não é promover o desenvolvimento, é propaganda, propaganda pura. Em dois mil e cinco o investimento era trinta e nove por cento da despesa, em dois mil e cinco, e agora é dezoito por cento, menos de metade em termos percentuais. Eu não quero fazer aqui um balanço dos últimos doze anos de mandato, depois de deixar, peço desculpa, depois de deixar as funções que desempenho actualmente, o que acontecerá já em breve, eu prometo que, depois, se tiver um bocadinho de tempo irei reflectir sobre isto tudo e depois apresento-vos esses valores todos, mas, de facto, é uma situação que, para mim, é alarmante. Então, como é que a câmara, em dois mil e dezassete, depois de uma grande crise, e que devia canalizar, ou, em dois mil e dezasseis, depois de uma grande crise, que devia canalizar tudo para investimento, para investir na economia, promover o desenvolvimento, dar satisfação às necessidades básicas, como é que se dá ao luxo de investir menos de metade do que investia em dois mil e cinco? Isso é uma coisa preocupante. “Dá o subsídio à associação, é fazer aqui, pôr ali o passeio”, eh pá, desculpem lá, com todo o respeito, com o respeito que tenho pelas associações, não podemos comparar aquilo que é necessidade de um subsídio para funcionamento de uma instituição, que tem toda a legitimidade, não podemos comparar isso com o grande objectivo, que é ter um concelho desenvolvido. Que é ter um concelho com tudo o que é preciso e onde as pessoas vivam bem, em todo o concelho, em todo o concelho, inclusive na Freguesia de Senhorim, que tem sido sempre a freguesia mais esquecida e mais abandonada. Porque, a distribuição destes poucos investimentos, destes dois milhões e cem mil euros de investimento, também não é feita de forma igual, também não é feita de forma justa. Querem que vos diga, os valores de investimento, do plano plurianual de investimentos foram distribuídos nestas percentagens, pelas freguesias, devo-vos dizer. “Geral”, que normalmente é no edifício, nos serviços da câmara, “Trinta e cinco por cento do orçamento”. Se eu estiver a ser maçador, se eu estiver a ser maçador, os senhores façam-me um sinal, eu calo-me. -----



Reunião de 03/07/2017

- O Senhor Presidente afirmou: Está, está. Estamos aqui de castigo. Vocês, mas porquê, não veio para uma reunião de câmara? -----
- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral perguntou: Então, não foi o Sr. presidente que convidou as pessoas para vir? -----
- O Senhor Presidente respondeu: Não, acho, quem é que quem foi convidado por mim. ----
- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Eu prezo-me de ser uma pessoa simpática e receber bem as pessoas. Eu prezo ser uma pessoa simpática e cordata e educada. -
- O Senhor Presidente afirmou: Vá, vamos lá aprovar a conta, Sr. Vereador. -----
- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Tratei mal alguns dos senhores, se tratei, ou da senhora? Peço desculpa. Se tratei, digam-me e eu calo-me, não há problema nenhum, agora, só para finalizar, só para finalizar, Sr. Presidente e eu poderia sempre recorrer para a câmara me conceder mais tempo. -----
- O Senhor Presidente perguntou: Porquê? -----
- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Sim, porque a câmara também pode deliberar sobre questões regimentais, ou não? -----
- O Senhor Presidente respondeu: perguntou: Olhe que não. Tem que agendar uma alteração ao regimento primeiro. -----
- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Eu podia recorrer para a câmara, mas não o faço Sr. Presidente, não o faço porque isto aqui tem que ser igual para todos. -----
- O Senhor Presidente afirmou: Conclua, começou às dez e sete, já vai às dez e dezoito, há onze minutos a falar pela terceira vez. -----
- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Estou a falar chinês? Eh pá, se estou a falar chinês, eu nem português sei falar, quanto mais chinês. Portanto, e esses miseráveis dois milhões cento e vinte mil euros que foram investidos em dois mil e dezasseis.
- O Senhor Presidente afirmou: Isso é mentira, isso é mentira. É mentira, então você tem aqui a conta a dizer que foram três milhões trezentos e noventa e três, total das despesas de capital, três milhões trezentos e noventa e três. Sr. Vereador então e quem é que paga a dívida de um milhão de euros por ano, não é despesa de capital? -----
- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral perguntou: Claro que é verdade, então, o senhor não quer pagar as dívidas? -----
- O Senhor Presidente afirmou: Sr. vereador, porque é que a lei considera despesa de capital o pagamento do empréstimo? Deixe-me fazer uma pergunta. -----
- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Ou foi para pagar a dívida que veio aqui propor a contratação de um novo empréstimo? -----
- O Senhor Presidente afirmou: Sr. vereador, seja sério, então porque é que a lei considera amortização dos empréstimos médio a longo prazo despesa de capital, porquê? -----
- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral respondeu: Porque é despesa de capital.
- O Senhor Presidente afirmou: Então, então são três milhões. -----
- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Calma aí, não é assim. No pressuposto que a dívida foi contraída para investimento. -----
- O Senhor Presidente afirmou: Então e que culpa é que eu tenho disso, Sr. vereador? A dívida foi, foi um elemento que você esqueceu, você comparou dois mil e onze com dois mil e catorze, com este mandato, mas cometeu aí um lapso, peço perdão, Sr. vereador. É que o



Reunião de 03/07/2017

senhor esqueceu-se que, desde dois mil e onze até dois mil e treze, a câmara contratou um empréstimo de sete milhões, mais um empréstimo de dois milhões na Caixa, mais um milhão e seiscentos mil no PAEL. O senhor está a comparar fazer obras para pagar as dívidas correntes. Sr. vereador seja sério. Sr. vereador Adelino, seja sério. Então, o senhor esquece a dívida e tira, diz assim: “O presidente pagou um milhão de euros de dívida”, muito bem e tal, e depois esquece-a no investimento, oh pá, desculpe lá. Paguei a dívida. Dr. Marques, baixou um milhão de euros a dívida da câmara à custa do pagamento, à custa. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Deixem-me lá terminar e depois prometo não falar mais. Como eu estava a dizer, a distribuição desses miseráveis dois milhões. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Não é verdade, isso é mentira, o que o senhor está a dizer.

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Naturalmente miseráveis é uma forma de expressão. -----

---- O Senhor Presidente perguntou: Eu tenho que ouvir estas mentiras todas? -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Dois milhões de euros ainda são dois milhões de euros, mas, mesmo assim a distribuição desse investimento, e é isso que está aqui em causa, o que está aqui em causa são critérios de justiça e de igualdade, também territorial, também territorial, foram distribuídos de forma não uniforme. Repito, trinta e cinco vírgula. -----

--- O Senhor Presidente afirmou: Isso é um exercício de demagogia. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Não, isto são contas Sr. presidente, são contas. Se houver aqui algum número errado agradeço que me chame à atenção e ele rectificar-se-á de imediato, não tenha problema. Trinta e cinco vírgula dois por cento para as despesas gerais, trinta e cinco vírgula dois por cento para despesas gerais, que é máquinas, equipamentos, portanto, edifícios do município e por aí fora. Na Freguesia de Nelas, vinte e quatro vírgula sete por cento, na Freguesia de Canas de Senhorim vinte e três vírgula cinco por cento, na Freguesia de Santar Moreira. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Isso não é verdade, o que está a dizer é tudo mentira. Contabilizou os estudos das ETAR? -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral continuou: Três vírgula seis por cento, três vírgula seis por cento, sendo que a Freguesia de Santar Moreira tem um peso, a nível de população de treze por cento, e recebeu três por cento do orçamento. Freguesia de Carvalhal Redondo/Aguieira, três vírgula cinco por cento, que recebeu de investimento municipal, sendo que tem um peso de onze vírgula cinco por cento na população. Freguesia de Lapa do Lobo, um vírgula cinco por cento, e tem um peso de cinco vírgula três por cento na população. Freguesia de Senhorim, quatro vírgula dois por cento, e tem um peso de dez por cento na população, e Freguesia de Vilar Seco, três vírgula nove por cento, esta está próxima, tem um peso cinco vírgula quatro por cento, portanto, vejam que a distribuição deste pequeno bolo de investimento também não é equilibrada pelas freguesias todas. Agora, resta aqui falar do milagre, o milagre que é a redução sustentável da dívida com pagamento de um milhão e duzentos mil euros penso eu, que, em média de amortização do investimento. Como é que isso é obtido? É fácil, o executivo anterior todos os anos aumentava, em termos médios, mais de um milhão de euros por ano na dívida. Este executivo reduz um milhão de euros, portanto, há aqui, digamos que, dois milhões de euros que têm que ser justificados, como é que eles são



Reunião de 03/07/2017

justificados? É fácil, há uma redução nas despesas com o pessoal, que é sustentável, que já vem desde o tal ano que eu referi de dois mil e doze, de um milhão e duzentos mil euros. Há um acréscimo médio na despesa, na receita corrente, um acréscimo médio onde estão incluídos os impostos municipais, nomeadamente o IMI, de um milhão e trezentos mil euros, e há ainda a redução da factura de juros, muito bem, e a redução na factura da água, também muito bem. Mas, portanto, só aquelas duas rubricas que eu falei, somam dois milhões e meio de euros, portanto, se temos uma redução de um milhão de euros por ano na dívida, e o executivo anterior tinha um aumento de um milhão de euros, ainda deveria haver quinhentos mil euros de excedente para distribuir, por exemplo, pelas associações. Se queremos ser amigos das associações, então, há que fazer aqui um bocadinho de contenção noutras despesas e, no final do ano, “Eh pá, graças à gestão rigorosa e criteriosa, sobraram quinhentos mil euros, vamos aqui distribuí-lo pelas associações”, isso é que era, isso é que era louvável. Portanto, milagres financeiros, gestão, digamos que, evolução positiva, pode haver, milagres financeiros não há. Quem pagou a redução da dívida, quem pagou esta redução sustentável, ou quem está a pagar esta redução sustentável da dívida? A resposta é muito simples, são os contribuintes. Nem é a câmara, nem é o presidente de câmara, quem paga esta redução sustentável da dívida, injustamente, porque as taxas de IMI estão no máximo, não por culpa desta câmara, mas por culpa do executivo anterior, claro, mas quem paga a redução sustentável da dívida que está em curso são, injustamente, os contribuintes, nomeadamente através da taxa máxima de IMI. E, pedindo desculpa por esta minha longa intervenção, acabei. -----

--- O Senhor Presidente afirmou: Então, não, é rapidamente, está bem? Depois dou-lhe mais dois minutos, está bem Sr. vereador? -----

---- O Senho Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Muito obrigado. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: A bem de esclarecimento das coisas. Só rapidamente, relativamente à questão do que está no protocolo que foi acertado com Girabolhos, com a Hidromondego e a Endesa, as coisas contratadas e negociadas de obras num milhão quinhentos e noventa mil euros, as contrapartidas estão em curso, portanto, estão duas obras a decorrer por parte da Embeiral, a requalificação da estrada entre São João do Monte e Póvoa de Luzianes e a requalificação da estrada entre a EN n.º duzentos e trinta e um as Caldas da Felgueira, a rondar mais ou menos os quatrocentos mil euros, é um bocadinho mais. Acaba esta semana as propostas, tenho a garantia de que começam as empreitadas até quinze de Julho da pavimentação de Vila Ruiva e de São João do Monte e da Rua dos Barreiros em Vila Ruiva e que, até final do mês de Julho, primeira semana de Agosto, começam as obras da Rua da Soma, da estrada municipal Moreira Nelas, da variante da Aguieira, e da Rua do Castelão, num montante aproximado de à volta de um milhão de euros. Naturalmente, a libertação de meios vai depender daquilo que forem as empreitadas e os concursos que estão a ser lançados pela Hidromondego e, portanto, se sobrar dinheiro, por isso é que está na relação das associações, está: “Subsídios ou apoios eventualmente a conceder”, significa que o contrato que nós ratificámos aqui em reunião de câmara implicava que o montante das compensações, porque havia uma dúvida relativamente ao IVA e à recuperação do IVA, e havia uma dúvida relativamente a outra matéria e, portanto, e podia a compensação financeira chegar aos dois milhões de euros e, no caso de haver um excedente relativamente às empreitadas, que nós priorizámos, nessa também se incluí ainda o Centro de Dia e apoio domiciliário de Vila Ruiva,



Reunião de 03/07/2017

sobraria dinheiro para distribuir pelas associações. Portanto, o ponto de situação relativamente a Girabolhos é isto. Relativamente ao endividamento, o exercício que o Sr. vereador, com o devido respeito, Adelino, faz, da evolução da dívida a partir de dois mil e onze, tem apenas um pequeno grande pormenor, é que em dois mil e onze a câmara teve que fazer um processo de saneamento financeiro e, portanto, contratou um empréstimo médio e longo prazo, no BCP, de sete milhões de euros. Em dois mil e treze, em Outubro, a câmara declarou-se em situação de dificuldades financeiras estrutural e, ao abrigo de um despacho conjunto do Sr. Secretário de Estado do Orçamento, Sr. Secretário de Estado da, os três Secretários de Estado que assinaram aquele despacho, a câmara declarou-se em situação de ruptura financeira estrutural. Foi publicado o despacho em Novembro de dois mil e doze e entraram dois empréstimos em dois mil e treze, um foi renegociado, o empréstimo do BCP de sete milhões, que passou de um *spread* de três, para cinco por cento de *spread*, e foi contratado um novo empréstimo na Caixa Geral de Depósitos de dois milhões de euros, que entrou em dois mil e treze, e contratado um novo empréstimo no PAEL com o Estado, que é o Programa de Apoio à Economia Local, de um milhão e seiscentos mil euros. Portanto, há aí um pequeno pormenor, por maior, que era: esta câmara reduziu o endividamento ao ritmo de um milhão de euros por ano, sem contratar empréstimo nenhum, somente com a receita normal. Mais, mais, é só um bocadinho, é só um bocadinho isto é inquestionável. Mais, a câmara, em dois mil e quinze, renegociou o empréstimo de oito vírgula seis milhões que havia no BCP, na Caixa Geral de Depósitos, os dois, que ainda estavam no montante de oito vírgula seis milhões, e reduziu as taxas de juro de quase 10 por cento, com *spreads* e comissões, para um *spread* de três por cento, e os empréstimos hoje estão no Crédito Agrícola, em várias instituições do Crédito Agrícola. A poupança de juros que fizemos a meio do mandato, também é um pormenor que o Sr. vereador esqueceu, e esqueceu até os juros na despesa corrente, que eles estão lá reflectidos, trezentos e cinquenta mil euros, que é um encargo que também tivemos que suportar, além da amortização do empréstimo, poupámos, no período de maturidade do empréstimo, dois milhões de euros de juros com esta renegociação que fizemos no crédito agrícola. Eu queria dizer que eu discordo em absoluto de tudo o que disse relativamente às associações, porque, se vem aqui o Centro de Dia de Vilar Seco, que tem lá dezenas de pessoas a cargo, dizer que já não paga as facturas há mais de noventa dias, e se eu digo: “O problema é vosso”, eu, Sr. vereador, com o devido respeito, de um socialista, eu fico com os cabelos em pé. Porque, esse é que é o problema concreto da Maria e do João que estão no Centro de Dia de Vilar Seco, e que o senhor estava-se nas tintas para ele, e os dez mil euros que também Vossa Excelência aprovou, e bem, mas está a condenar agora. E bem, foi para resolver o problema no pagamento do aquecimento. Sr. vereador eu sei, agora está-lhe a doer, eu sei que lhe está a doer. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Não está a doer não, o senhor seja é verdadeiro, o que eu entendi, não, seja verdadeiro, porque o senhor não pode estar aqui, não é o dono da verdade, o que eu lhe disse foi que a atribuição desses subsídios, que teve o meu voto favorável e teria hoje, se cá viesse outra vez hoje, assim como terão o meu voto favorável todos os subsídios a todas as associações, o que eu lhe disse é que isso, legalmente, tenho dúvidas se tem enquadramento, ou não. Mas eu voto favoravelmente, sempre votei. Está a entender? Não esteja aqui a fazer aquele exercício de atirar com areia para os olhos das pessoas, porque eu não o acusei, não falei na sua posição, eu não falei na sua posição pessoal,



Reunião de 03/07/2017

falei nas posições da câmara, é diferente. -----
 ---- O Senhor Presidente afirmou: Pronto, está bem, muito bem. Muito bem, peço desculpa se me expriji mal. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Veja lá se deixa de fazer esses ataques, porque isso não lhe fica bem. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Portanto, apoio financeiro em termos correntes, às associações, como este que referenciou, eu acho que escolheu mal o exemplo, mas pronto, é a minha opinião. Eu estou a dizer que nas contas de dois mil e dezasseis está previsto, e com o apoio unânime, ou quase unânime, aqui da reunião de câmara, foram pagos transferências correntes, as associações, todas as que o Sr. Dr. Marques falou na sua intervenção e, portanto, ABC, agrupamentos de escolas, Andi, Associação Cultural Juvenil de Teatro Hábitos, Associação Desportiva Lapense, todas, todas, todas, todas as associações em dois mil e dezasseis, todas, receberam quinhentos e quarenta e oito mil zero zero seis euros, de correntes, quinhentos mil euros, quando, em dois mil e treze pouco mais de duzentos mil. Em dois mil e dezasseis, está aqui nas contas, só tenho aqui as contas de dois mil e dezasseis, e mais, mas, Ó Sr. vereador, mas pode acrescentar mais, além das transferências correntes para as associações que aqui estão, de quinhentos, à volta de quinhentos mil euros, certo? Há aqui mais cento e dois mil euros de transferências para associações para despesas de capital, eu digo-lhe quais são: a Associação Cultural e Desportiva de Vilar Seco, mil e seiscentos euros, a Associação de Folhadal nove mil euros, a Associação Humanitária dos Bombeiros de Canas de Senhorim trinta e cinco mil euros, a Associação Humanitária dos Bombeiros de Nelas vinte mil euros e a Associação Recreativa Cultural e Desportiva da Agueira trinta e seis mil e quinhentos euros. Está pago tudo à associação da Agueira, está tudo pago. Eu tenho a certeza que está tudo pago, portanto, o ano passado gastaram-se setecentos mil euros no movimento associativo, Ok? Factos, factos, orçamento aprovado em câmara para dois mil e dezassete, também aprovado com o apoio do Sr. vereador e todos, foi aprovado por unanimidade. “Instituições sem fins lucrativos, correntes, trezentos mil euros, associações sem fins lucrativos, despesa de capital, cento e dois mil seiscentos e setenta”, isto foi o que foi aprovado em Dezembro, portanto, podem perfeitamente imaginar qual é o desequilíbrio que é causado no orçamento quando, quinze dias depois, aparece uma proposta na reunião de câmara de atribuição de um apoio de duzentos e cinquenta mil euros a uma associação, comendo quase setenta por cento do valor que estava atribuído para associações, está bem? Factos. Mais factos, gasta, relativamente às amortizações, o Sr. Vereador Adelino Amaral esqueceu, no excelente exercício que fez, esqueceu-se de uma coisa, é que as amortizações, há reserva sobre as contas dos revisores oficiais de contas. E, precisamente uma das reservas que ele não desmontou é que o valor dos bens da câmara, móveis e imóveis, não estão lançados pelo seu valor correcto, o que inquina o valor das amortizações que Vossa Excelência referenciou. Valor inferior. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral: Quer dizer que o imobilizado está subavaliado, portanto, se aumentarmos o valor do imobilizado aumentamos o valor das amortizações, como tal, ainda ficamos muito mais abaixo do que aquilo que eu estava a dizer.

---- O Senhor Presidente afirmou: Mas, Sr. Vereador, Sr. vereador, portanto, não pegue em elementos parciais das contas, porque uma reserva que está aqui é esta. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Não quero contrariar a sua



Reunião de 03/07/2017

brilhante leitura das amortizações, mas que é exactamente o contrário do que está a dizer, só me dá mais razão ainda, e não devia e, agora, o senhor devia dizer que eu, afinal, tenho razão nesse ponto, ou melhor, não tenho razão, no que eu disse. -----

--- O Senhor Presidente afirmou: Não tem razão, mas estão apurados os valores das amortizações não estão apurados. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Ainda é bondosa para a câmara, porque a décalage que existe entre despesa de investimento e amortizações, na realidade, é muito maior. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Muito bem, então, gasta-se mais do que se recebe, diz o Sr. vereador, que actualmente se gasta mais do que se recebe, foi o que disse aqui, gasta-se mais do que se recebe. Olhe, está aqui um relatório, mas está aqui um relatório, Sr. vereador, mas está aqui um relatório de acompanhamento do plano de ajustamento financeiro, que Vossa Excelência votou a favor. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Mas eu não disse isso, o senhor está a dizer que eu disse isso. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Então, mas eu tomei nota, gasta-se mais do que se recebe. -

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: O que eu disse foi que o endividamento vai baixando de forma sustentável e ainda bem. Quem paga? Os contribuintes. Eu não disse que o endividamento, que a dívida estava a aumentar, eu não disse isso. Eu não disse que se gastava mais do que o que se recebia porque isso dava origem ao, não, o que eu disse foi que se gastava mal. É diferente. -----

----- O Senhor Presidente afirmou: Pronto, eu percebi mal, está esclarecido. Porque, eu queria-lhe dizer que o saldo global, ou efectivo, que consiste na diferença aritmética das receitas das despesas efectivas, sem considerar os activos e passivos financeiros, tanto do lado da receita como do lado da despesa, demonstra a capacidade financeira do município, para reduzir o seu endividamento, continuando positivo, sendo o valor de setecentos e cinquenta e um mil euros. O saldo primário que, tal como o saldo global, não considera os activos passivos financeiros, exclui também os encargos financeiros, juros e comissões bancárias, que são despesa corrente. Este saldo pretende evidenciar uma situação financeira sem dívida, ou seja, a ausência total de activos e passivos financeiros, e a inexistência dos seus encargos. Tem sido o saldo primário da gestão da câmara, a diferença entre o que se gastou e o que se recebeu, sem a amortização do empréstimo e os juros, foi um milhão e quarenta e três mil euros, portanto, o senhor quando insinua, ou quando alguém insinua que a câmara actualmente está a gastar mais do que aquilo que recebe, é uma falsidade. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Não foi isso que eu disse. Então o senhor diz que se enganou e depois volta a repetir o mesmo erro? Então o senhor confessou que se tinha enganado e volta a repetir o mesmo erro? -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Mais, o capital e correntes. A despesa de capital, já o evidenciei, mas que para que fique claro, se o Dr. José Correia gastava três milhões e meio de euros em investimento, se gastava, não sei quais eram os empréstimos que ele pagava, mas eu sei que a câmara o ano passado, certo, a câmara o ano passado gastou, em despesas de investimento, três milhões trezentos e noventa e três mil euros, três milhões. Sendo um milhão e pouco mil euros para amortização de empréstimo médio e longo prazo. E, sabe também, Sr. vereador que, de acordo com a regra do equilíbrio orçamental, o pagamento



Reunião de 03/07/2017

médio dos empréstimos médio e longo prazo, conta para essa regra do equilíbrio orçamental, que nós mantivemos e que está perfeitamente reflectida nas contas. E, portanto, claro, e estamos, além disso, no PAEL, o que estava previsto em despesas de investimento era um milhão e meio de euros, e está aqui, aliás, a conclusão, de que nós estamos a duplicar o valor das despesas de investimento no município. Estamos muito para além, não havendo empréstimos. Não, não havendo empréstimos, a câmara já tinha capacidade, a câmara já tinha. Mas, a câmara já tem, de acordo com a regra que vem expressa no orçamento de estado, a câmara já tem capacidade de endividamento para financiar a parte afectada do orçamento de estado aos investimentos do PT 2020 e, portanto, a câmara já teria, de acordo com uma regra inscrita no orçamento de estado, e com o parecer que a Secretaria de Estado da Administração Local nos enviou, a câmara já teria capacidade de endividamento à volta de dois milhões de euros para poder contratar um empréstimo para financiar os quinze ou mais por cento que está a financiar em todas as ETAR, na reabilitação urbana, todos os projectos financiados pelo PT 2020, nós podíamos recorrer a um empréstimo. E, de acordo com as contas que aqui estão também, a câmara, se não estivesse no plano de ajustamento e reestruturação financeira que está, a câmara já podia recontratar um empréstimo de quatrocentos mil euros à banca. Portanto, a câmara tem capacidade de endividamento, está a reduzir de forma sustentada a sua dívida, está a continuar a fazer investimentos, como vêm, três milhões e trezentos mil euros de investimento em dois mil e dezasseis e, Sr. Vereador, dois milhões e cem mais um empréstimo. Sr. vereador, e digo-lhe uma coisa. Olhe, era na despesa corrente anterior, foi consolidado, não é, é verdade, O Sr. vereador sabe bem isso. Portanto, agora, dizer uma coisa, dizer que quem paga, dizer com sentido de chamar à razão, eu não quero dizer desvalorizar, mas dizer que verdadeiramente, numa instituição nacional ou autárquica, quem paga o endividamento são os contribuintes, ó Sr. vereador, o La Palisse, não diria coisa diversa daquilo que o senhor disse. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: O senhor é que disse que é o senhor que paga. O senhor é que tem dito aí aos quatro ventos que quem paga, quem tem pago o empréstimo é o senhor, ainda agora o disse aqui, ainda agora o disse. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Ó Marques, se faz favor. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Serei breve, muito breve. Só para dizer aqui ao vereador Adelino que as despesas correntes não é um corte cego, não é isso que pretendemos, um corte cego, vereador Adelino. Pretendemos é um corte cego nas avenças da Motriz, nas avenças das 4 Esquinas, que foi uma obra que custou cento e vinte mil euros e o Sr. presidente da câmara pagou ao engenheiro sessenta mil. Nas avenças da AGR, nas avenças da herbicida, nas avenças da Endesa, nas avenças dos PT que somaram dois milhões em quatro anos. Nós não, porque, estes engenheiros que o Sr. presidente da câmara convidou, que avençou, são pura e simplesmente amigos dele, e foi para esse efeito, ah! Ainda falta aqui a Plataforma Jota da imagem do Sr. presidente da câmara, que é da Guarda, falta cá essa. Esses dois milhões de euros que o Sr. presidente da câmara gastou em quatro anos são mais que suficiente, Adelino, para se fazer algumas obras. E são mais que suficientes, porque nós temos a Motriz, temos a D.^a Célia e a sua equipa, uma equipa excelente para efeitos de cálculo dos fundos disponíveis. Temos as 4 Esquinas, vários engenheiros civis competentíssimos para acompanhar a obra, e o Sr. presidente da câmara gastou sessenta mil euros. Temos a herbicida, para pagar para pagar à herbicida temos a Eng.^a



Reunião de 03/07/2017

Inês e o Sr. Eng.º Gonçalo, a Eng.ª Arminda, competentíssimos para acompanhar esse processo. Temos a Endesa, o Eng.º João Luís e outros demais para acompanhar as obras da Endesa, para os PT temos gente também para acompanhar isto. O Sr. presidente da câmara quis fazer aqui umas benesses aos seus amigos e dar-lhe dois milhões de euros e, daqui, o Sr. presidente da câmara não foge, não consegue fugir, porque os resultados falam por si, e os contratos aí assinados falam por si. Sr. presidente da câmara, Vossa Excelência disse que fez um grande investimento na área da compra de terrenos. Pois fez Sr. presidente da câmara, de facto fez um bom investimento, comprou uns milhares de metros quadrados para o seu concelho, mas, eu pergunto-lhe, nesses milhares de metros quadrados para o seu concelho, diga-me uma empresa que Vossa Excelência lá tivesse instalado, nova. E, já agora, a este título Sr. presidente da câmara, pergunto-lhe onde é que está a instalação da Azurmetal? Onde é que está a instalação da fábrica de sabonetes? Onde é que está a instalação da cidade das abelhas? Onde é que está a instalação da fábrica dos escapes? Onde é que está a instalação da fábrica alemã? Onde é que está o pomar de macieira, cinco hectares que lhe cedemos? Sr. presidente, Vossa Excelência apenas, no seu mandato, transferiu a Covercar da zona industrial de Nelas para a zona industrial de Nelas. E, já agora, pergunto-lhe também Sr. presidente da câmara, onde é que está os dez milhões que prometeu e propagandeou às populações para a requalificação das zonas industriais? Vossa Excelência fez parangonas no centro de notícias a dizer “Vêm aí dez milhões para a zona industrial de Nelas e zona industrial de Canas de Senhorim”. Sr. presidente, de facto, Vossa Excelência tem usado uma estratégia política que envergonha a política, que a descredibiliza e qualquer dia temos os piores na política. Vossa Excelência foi dizer para a Madibéria que não podia ampliar a Madibéria porque os piratas dos vereadores lhe votaram contra a aquisição de um terreno por cinquenta e cinco mil euros, portanto, a pagar em dois mil e dezoito. Sr. presidente da câmara, diga lá, diga aqui ao órgão, diga às pessoas que estão ali a ouvir, qual foi este terreno que é contíguo à Madibéria, no valor, nos tais cinquenta e cinco mil euros, que nós votámos contra. Sr. presidente da câmara, sou-lhe sincero, eu se tivesse aqui uma dúvida tão grande como o senhor tem nestas aquisições, Sr. presidente da câmara, eu não falava nisso. Recordo-lhe, estes mesmos terrenos, em condições em que iam ser comprados, como é que iam ser comprados, a condição que do próprio senhor, em condições que têm processos em tribunal, e outra questão que é fundamental, Sr. presidente da câmara, e aí louvo a atitude da sua vice-presidente, a compra da Nelcivil, que a sua vice-presidente, inteligentemente, não votou contra si para o senhor não a pôr na rua, mas também não podia ser senão ficava aqui sozinho, absteve-se. Quando é tão importante para o concelho para criarmos aqui um pólo de não sei quê, um centro tecnológico quando, passado um mês ou dois, a própria indústria vem comprá-la para sua propriedade. Demonstra aqui a forma como é que o Sr. presidente da câmara trata estas questões, a forma nebulosa, a forma obscura como trata estas questões. Eu tinha algum receio em fazer isso, aliás, temos ao longo do tempo decorrido com uma grande promiscuidade entre o poder autárquico e o poder pessoal do presidente da câmara. Vejamos o último agora, eu vi, fotografei, naquelas torres da publicidade, a dizer: “Câmara Municipal de Nelas”, Vossa Excelência mandou lá um funcionário apagar com uma tinta amarela, mas felizmente, que ainda, os nossos concidadãos podem verificar, que ainda lá está: “Câmara Municipal de Nelas”, Vossa Excelência mandou apagar e escreveu lá Partido Socialista. É uma promiscuidade de todo tamanho. O senhor mistura as questões pessoais, as questões políticas,



Reunião de 03/07/2017

as questões do seu pseudo-partido com as questões da câmara municipal. Sr. presidente da câmara, não lhe fica bem, é por isso que eu o acuso, é por isso que eu estou cá a combatê-lo, da sua forma de gerir esta casa, e a forma obscura, muito obscura, de a gerir. Vem Vossa Excelência agora falar na Endesa e nas obras e num eventual subsídio que possa sobrar das obras, Sr. presidente, fica-lhe mal, muito, muito mal. Não foi isso que Vossa Excelência disse, Vossa Excelência assinou um protocolo de subsídio a protocolar no valor de oitocentos e quarenta e um mil euros. Mas, percebo agora, Sr. presidente da câmara, porque é que Vossa Excelência foi para a Póvoa dizer algumas coisas, que não vou aqui referi-las, mas percebo agora porque é que Vossa Excelência não permitiu a opinião dos vereadores que estão aqui, Adelino Amaral, Alexandre, Artur, Rita e eu próprio. Quando quisemos alargar a estrada que desce de São João do Monte para a Póvoa de Luzianes. Percebi agora, Sr. presidente da câmara, Vossa Excelência quer pintar aquilo a preto, para ver se lhe sobra algum dinheirito, se ainda vem a salvar a sua miserável honra política, que ela está de facto miserável nas populações do meu concelho. Quer salvar essa miserável honra, já não vai a tempo Sr. presidente da câmara, já não consegue salvar essa miserável honra política, refiro, e não pessoal, só apenas e só, tão só e apenas política. Percebi, Sr. presidente da câmara, porque é que, de facto, agora quer fazer isso. Vossa Excelência diz também, a sua grande vitória foi, de facto, ter reduzido os juros, já lhe reconheci, já lhe agradei, mas também já lhe disse, a redução dos seus juros deve-se à alteração substancial da vida deste país e da Europa e do mundo. Quando nós fizemos os empréstimos em dois mil e doze, estávamos a atravessar uma crise transversal à Europa, uma crise transversal ao país em que os bancos não cediam créditos, Vossa Excelência conseguiu, mas conseguiu em dois mil e catorze, ou em dois mil e quinze, ou em dois mil e dezasseis. De facto, não se deve a si, mas sim à conjuntura económica que atravessou o país, que atravessou a Europa e que atravessou o mundo. Porque qualquer cidadão que estivesse aqui sentado onde Vossa Excelência está, era esse o seu dever, era essa a sua obrigação zelar pelos interesses do município e, como digo, e repito, pondo de parte os pessoais. Vossa Excelência faz, com algum folclore, uma grande propaganda e diz: “Eu dei seiscentos e cinquenta mil euros às associações”. Muito bem Sr. presidente da câmara, e felicito-o por isso, sempre felicitei, aliás, nenhum de nós aqui reprovou qualquer subsídio, aliás, eu era incapaz de o fazer, Sr. presidente da câmara, sabe porquê? Porque eu tenho uma vida associativa ao longo do tempo somada mais que a sua idade, portanto, seria incoerente, seria ingrato, para quem de uma forma, sim, não se ria, um dia eu somo-os se você quiser, quando quiser. V.ª Ex.ª nunca passou por cá, aliás, consta de uma acta, quando o Sport Lisboa e Nelas estava em condições financeiras adversas, e eu desafiei-o para fazermos um empréstimo pessoal para resolvermos as finanças do Sport Lisboa e Nelas, e o senhor simplesmente não assinou, fugiu. Aí vê-se quem é que gosta das associações, o senhor só gosta das associações pelo dinheiro que lhe dá, que não é seu, que é dos impostos dos nossos concidadãos, porque do seu o senhor não dá, já uma vez o desafiei, quanto é que o senhor deu aos bombeiros enquanto cidadão, já uma vez o desafiei e o senhor não me conseguiu demonstrar. Por isso, Sr. presidente da câmara, eu estou nas associações como cidadão, por gostar das associações enquanto cidadão, por entender o sacrifício que aqueles senhores que ali estão fazem em prol das associações e o senhor está nas associações enquanto presidente da câmara, enxameia-lhe com algum dinheiro e acena-lhe com algum dinheiro. Sr. presidente da câmara, Vossa Excelência, que dizia que a câmara estava falida, Vossa Excelência que



Reunião de 03/07/2017

dizia, em parangona, na sua campanha eleitoral que a câmara devia vinte milhões, sujeitou-se a ser candidato, sujeitou-se a ser presidente da câmara, não de facto, mas sim apenas de Direito. Já lhe expliquei porque é que eu entendo isso, Vossa Excelência não foi eleito pelo povo, Vossa Excelência foi nomeado. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Sr. Vereador, estamos a discutir a conta. Já está a falar há quinze minutos, faça favor de discutirmos a conta. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques continuou: Está bem, já lá vou. Vossa Excelência foi nomeado pelo Tribunal Constitucional. Sr. presidente, então diz Vossa Excelência, já discuti, que ela estava vergonhosa. Vou aqui mais um bocadinho, Vossa Excelência. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Você já fez o percurso todo dos últimos anos aqui e tal pá, vamos à conta, que isto é uma reunião de câmara. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques continuou: Quando Vossa Excelência quiser me deixar falar. Sr. presidente, se alguém adultera. Já explico, tenha calma, deixe-me falar, se alguém adultera o simbolismo que esta casa tem. Sr. presidente, desculpe lá, Sr. presidente, se alguém altera o simbolismo que este salão tem, se alguém altera o simbolismo que esta mesa tem é Vossa Excelência quando, no dia vinte e três de Junho, fez aqui um triste espectáculo político. Essa é que é a sua imagem, essa é que foi a que o senhor quis. Agora, Vossa Excelência dizia. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Conclua, conclua, Sr. vereador. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques continuou: Já concluo Sr. presidente, dizia Vossa Excelência, em Setembro de dois mil e treze, que a câmara tinha pelo menos vinte milhões de dívida, mas assumiu, veio para cá, e prometeu aos meus concidadãos que lhe ia baixar o IMI, e sabia que havia um reequilíbrio financeiro e saberia que haveria um PAEL. Nessa altura já o senhor começou a sua mentira aos meus concidadãos. E tem também apregoado que Vossa Excelência pagou e não pagou “Paguei seis milhões de euros” diz Vossa Excelência aí aos mais incautos, é isso que Vossa Excelência faz, e eu pergunto, Sr. presidente da câmara, eu estudei Direito, e estudei a tal economia política com o nosso professor, certamente também o seu, Avelãs Nunes, eu pergunto-lhe Sr. presidente da câmara. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Foi Lopes Porto. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques continuou: Lopes Porto, sim, eu sei quem é, do PSD Sr. presidente. Olhe, Sr. presidente da câmara, Vossa Excelência, espero que estes mapas não tenham sido falsificados pela Motriz, não foram de certeza, Vossa Excelência apresentou aos nossos contribuintes, a dívida em trinta e um de Dezembro era catorze milhões cento e quarenta e dois mil quatrocentos e noventa e um vírgula vinte e sete. Dezembro de dois mil e treze, a dívida em Dezembro, sim, empréstimo bancário, sim, porque a dívida a curto prazo aumentou-a. Eu tenho aqui o mapa da assembleia municipal, também o posso mostrar aos nossos concidadãos e, em trinta e um de Dezembro de dois mil e dezasseis, Sr. presidente da câmara, a dívida é dez milhões quinhentos mil quatrocentos e setenta e nove. Se Vossa Excelência, todos nós estamos aqui, não precisamos de tirar cursos académicos para subtrair, de catorze milhões, subtrair-lhe dez milhões e verificar-se-á que o senhor apenas amortizou três milhões seiscentos e quarenta e dois mil. Metade Sr. presidente da câmara, metade daquilo que Vossa Excelência diz, tenta fazer passar pelas populações, a dívida em Março tinha subido o valor daquela que nós deixámos cá em Dezembro. Sr. presidente, os



Reunião de 03/07/2017

únicos problemas que eu tive aqui consigo e continuei a tê-los, é defender a verdade, aquela que lhe dói, aquela que muito lhe dói, aliás, teve o cuidado de mandar o seu ponta de lança à assembleia municipal falar nessa matéria, por ver a palavra verdade, na sede de campanha do CDS/PP. Mas, essa verdade, o CDS/PP apresenta às populações. -----

----- O Senhor Presidente afirmou: Fale mais baixo. Há gente a trabalhar. -----

----- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques continuou: A demagogia e a pouca vergonha com que o senhor lidou esse processo. Sr. presidente da câmara não é o meu estilo que o incomoda, é a substância do meu discurso que verdadeiramente o incomoda. -----

--- O Senhor Presidente afirmou: Artur Jorge Ferreira, faça favor, só telegráfico, os sessenta mil euros do projecto das Quatro Esquinas, foram sessenta mil euros para fazer os projectos da reabilitação urbana de Nelas, que incluem um investimento garantido por parte da CCDR de um milhão e quinhentos mil euros de investimento, que inclui Quatro Esquinas, Largo dos Bombeiros, Largo da Estação, Avenida António Joaquim Henriques, Avenida dos Matias, Praça do Município e Largo da Igreja Matriz. Significa que os sessenta mil euros da SPI, Sociedade Portuguesa de Inovação, implicava isto e implicava também a constituição das quatro áreas da reabilitação urbana, que foram constituídas no município, Nelas, Canas de Senhorim/Urgeiriça, Santar/Casal Sancho, e Caldas da Felgueira. PDR, é só um bocadinho, o PDR, há uma série de projectos que foram candidatados ao PDR e o PDR tem aprovado muitos projectos, mas condicionados a apoio financeiro, à disponibilidade financeira e, portanto, quer a questão das abelhas, quer a questão das maçãs, quer uma série de outras, estão candidatas ao PDR e é só dizer-lhe que a câmara não cedeu cinco hectares para plantação das maçãs, cedeu um hectare, acho que não chegava a um hectare. É verdade, mas, olhe, Dr. Marques. Com verdade. O proponente do projecto comprou uma série de terrenos aos senhores de Vilar Seco e, portanto, ele tem lá muitos mais hectares, mas não foi a câmara que lhe cedeu, a câmara cedeu um terreno, é quase, deve ser quase um hectare. Olhe, mas era um terreno que estava era um terreno que estava previsto para construção de uma ETAR, portanto, à volta de um hectare, não posso precisar, mas, se quiser pode ir ali buscar a deliberação. -----

----- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou: Quanto é que é a área global do projecto? Diga lá, quanto é que é a área global do projecto? -----

----- O Senhor Presidente afirmou: Artur Jorge, se faz favor. O maior cego é o que não quer ver, é o que não quer ver, se faz favor... -----

----- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Sr. Presidente explique a AGR, explique a Motriz, explique os demais, é que o senhor não dignificou os técnicos desta casa. Humilhou-os e, aliás, aos funcionários de lá de fora chamou-lhes alcoólicos e ladrões, quando obriga a pôr os carros cá fora. -----

----- O Senhor Presidente afirmou: Isso é mentira. -----

----- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Muito obrigado Sr. presidente, bom dia a todos os presentes. Eu, ao contrário do vereador Adelino, já tive a possibilidade de falar duas vezes sobre as contas, portanto, e por isso é que eu vou falar menos neste tempo, já não foi na primeira reunião, na segunda, já expliquei. A mim, só, sim, mas as outras não falei, só falei duas. Em relação à apreciação que fez o vereador Adelino eu queria também subscrevê-la, apenas acrescentava àquilo tudo que ele disse, que foi o valor de um milhão de euros que também ficou na câmara no final de dois mil e treze e foi feito um



Reunião de 03/07/2017

empréstimo, não, um depósito a prazo de um milhão de euros logo em Maio. As minhas perguntas que eu fazia ao Sr. presidente eram as seguintes: qual é a situação que nós vamos votar aqui, se é as, fizemos aqui uma proposta logo na primeira votação, que era passar os cheques e imediatamente o Sr. presidente e os serviços entenderam que era difícil fazer isso. Falou-se no prazo de trinta dias sem condições, se isso se mantém, se for essa a situação se manter, a votação será a mesma que eu tive naquela reunião que não havia de ter sido realizada. Uma outra pergunta que eu queria fazer ao Sr. presidente, apesar de não ter muito a ver com as contas, mas também tem a ver com as contas do município, não, mas é importante para o município, se tem alguma informação sobre uma instituição bancária que irá fechar as portas aqui no nosso concelho, o BCP precisamente, segundo informações que há acho que vão fechar o balcão que têm em Nelas. E, outra situação que eu queria referir ao Sr. presidente, que é a questão das transferências para as associações e as transferências correntes e as transferências de capital, disse o Sr. presidente que, em dois mil e dezasseis, foram feitos, ou transferidos, cerca de seiscentos mil euros, mas o que aparece aqui no quadro do PAEL não é bem isso, a execução desses valores são quatrocentos, ora, trezentos e sessenta, quatrocentos e setenta mil euros e, em dois mil e treze, são quatrocentos e quarenta mil euros, portanto, a diferença também não é muita de dois mil e treze para dois mil e dezasseis. São os valores executados que estamos aqui a ver os valores executados a dois mil e treze e os valores executados a dois mil e treze por transferência... e aqui em dois mil e dezasseis, é os valores executados, valores executados. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Artur, os valores tirei-os aqui da conta do mapa. -----

---- A Senhora Dr.^a Célia Tavares informou: Porque aqui está o Sr. presidente, leu este valor total de transferências correntes, inclui freguesias, associações, entende? Só para associações sem os fins lucrativos é só exactamente isso, está bem? -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira continuou: Pronto, o valor, eu estou a falar dos valores transferidos para as instituições sem fins lucrativos, portanto, neste caso para as associações vulgares, chamadas associações, em que há transferências correntes e de capital, portanto, que já foram faladas aqui hoje em que, por exemplo, em dois mil e treze, nos valores executados, estou a falar só mesmo para instituições, não estou a falar para as freguesias, não estou a falar para outras instituições, foram cerca de quatrocentos e quarenta mil euros executados, em dois mil e dezasseis são cerca de quatrocentos e setenta mil euros. Por exemplo, em dois mil e catorze foram cento e setenta e dois mil euros, portanto, executados. Isto não quer dizer e também em abono da verdade. -----

---- O Senhor Presidente perguntou: Sabe o que estava em dois mil e treze? -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira continuou: Em dois mil e treze está cá isso. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Era a dívida que a câmara devia às associações. Estão lá cento e vinte mil euros. Em 2013 era o que havia. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Sr. presidente, eu estou a dizer aquilo que está cá, só os dados que estão aqui. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Em dois mil e treze pagaram o que deviam às associações, pronto. Vamos embora. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: É só isso que eu quero dizer. -----



Reunião de 03/07/2017

---- O Senhor Presidente afirmou: Vamos embora, Artur, já acabaste, já? Então eu, relativamente, Adelino, eu, relativamente à, o que está agendado em reunião de câmara é que temos uma agenda para a reunião de câmara e dizer também ao Sr. vereador Adelino que leia a agenda. A agenda diz assim: “Reapreciação dos documentos de prestação de contas e relatório de gestão do ano de dois mil e dezasseis”, então, um órgão autárquico não pode reapreciar uma coisa que chumbou antes? Pode, com toda a normalidade, qual é o problema? Pronto, por outro lado, já responde, na sua, portanto, está aqui: “Reapreciação dos documentos de prestação de contas” e, depois, está aqui, para responder à questão do Artur Jorge, evidentemente que, se a condição for esta, eu mantenho aquilo que nós conversámos nessa reunião e que, portanto, em função disto, e foi entregue uma minuta da acta aos Srs. vereadores, que foi aprovada nessa reunião do dia vinte e três de Junho de dois mil e dezassete, que diz, relativamente à conta: “Reapreciação dos documentos de prestação de contas. Postos à votação os documentos de prestação de contas e relatório de gestão do ano de dois mil e dezasseis, e remessa dos mesmos ao tribunal de contas. Foram os mesmos aprovados por maioria, conste os dois votos e a abstenção do Sr. vereador Artur Jorge, tendo este apresentado declaração de voto e referenciado que apenas se absteve porque o Sr. presidente garantiu o pagamento dos subsídios deliberados e ainda não cabimentados no prazo de trinta dias após a validade das deliberações”.

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: O Senhor, isso é a palavra dele, o Sr. assumiu, foi?

---- O Senhor Presidente respondeu: Assumo sim e assumo, sim, deliberados e não cabimentados, sim. Portanto, Sr. vereador Adelino, tem a palavra para algum esclarecimento relativamente às contas.

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Muito rápido.

--- O Senhor Presidente afirmou: Eh pá mas agradecia-lhe, já estamos a discutir este ponto e que se justifique, eu também não sou apologista da questão dos três minutos, mas que se justifica, com esta profundidade, portanto, relativamente às contas tem a palavra para mais esclarecimentos.

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral continuou: São questões muito rápidas. A primeira questão, eu, agradecer a intervenção do presidente de câmara em relação à questão das amortizações que, de facto, veio reforçar aquela ideia que eu tinha aqui defendido. Naturalmente, o engano do presidente de câmara é compreensível, é justificável, é desculpável, não tem problema nenhum, o grave é usar um engano para tentar, enfim, desmontar um argumento meu que, afinal de contas, a clarificação das coisas dá origem a um reforço do argumento que eu usei, portanto, agradecer-lhe de facto o seu contributo para a ideia que eu tinha que, de facto, é uma ideia que se vem criando há muito tempo. É que, o valor de investimento da autarquia não é suficiente, sequer, para fazer face às despesas de conservação, de reparação e manutenção do immobilizado, e isso é uma situação muito grave. A segunda questão, também muito rápida, eu refiro, quando falo em investimento, refiro uma rubrica da execução orçamental, que se chama: “Aquisição de bens de capital”, portanto, isso é que normalmente é considerado o investimento, embora o campo de despesas de capital, portanto, todo o grupo de despesas de capital tem outras rubricas que eu não referi, porque são valores inferiores e que, manifestamente, não são valores de investimento. Ou seja, transferências de capital, que é transferências que são feitas, por exemplo, para associações,



Reunião de 03/07/2017

para as associações fazerem obras, mas não são obras da câmara, portanto, não é investimento da câmara. É a amortização de empréstimos, portanto, é a amortização dos passivos financeiros e outras despesas de capital que são residuais. Portanto, eu quando falo em investimento é porque, normalmente, é aceite por toda a gente que a rubrica, aquilo que se chama vulgarmente investimento, corresponde à rubrica de aquisição de bens de capital. E, da mesma forma, quando se fala em despesa corrente, a despesa corrente tem, também, várias rubricas, mas, tirando aquilo, enfim, que são custos de estrutura que não podem ser mexidos, que é a despesa com pessoal, juros e encargos, transferências correntes, portanto, que também não é, é a despesa corrente, mas não é despesa corrente da câmara, é dinheiro que sai do orçamento da câmara, mas que é para despesa corrente de instituições. Portanto, e isso, não é justo considerar isso como despesa corrente da câmara, portanto, e a questão de outras despesas, portanto, são valores residuais, portanto, quando se fala nos custos de estrutura falamos nesta rubrica que é a aquisição de bens e serviços. Portanto, é nestas rubricas que eu coloquei o enfoque e mantenho essa análise, aliás, não há mal nenhum porque, se compararmos sempre estas rubricas ao longo do tempo, a análise, portanto, é rigorosa, não há problema nenhum. Agora, não podemos é comparar uma parte de um ano com o total do ano seguinte, isso é que é viciar as coisas. Uma terceira questão, tinha a ver com, a terceira questão tem a ver com aquilo que são os subsídios às associações. Eu, claramente, tenho uma, como é que hei-de dizer, tenho uma opinião sobre as coisas, que mantenho, que deriva da minha, enfim, frágil interpretação daquilo que eu acho que é a lei, e que é legal, no entanto, nunca, repito, nunca votei aqui contra nenhum subsídio para nenhuma instituição, nem me absteve. Voto sempre favoravelmente para a atribuição e manterei essa postura, como é evidente. Não tenho nenhum problema em assumir a minha quota-parte da responsabilidade, mesmo estando, nalguns casos, quase a roçar aquilo que é a dúvida se é legal, ou se não é legal. Em benefício de instituições do concelho eu assumo a minha quota-parte da responsabilidade e voto favoravelmente. Nunca o fiz de outra forma, mesmo colocando reservas, como por exemplo: o facto de as associações deverem perante a câmara, que é uma entidade que financia, justificar onde gastam o dinheiro. Penso que é o mínimo que se exige, quer dizer: “Ok, está aqui um subsídio, mas onde é que o vai gastar?”, “Vou gastá-lo em despesa corrente ao longo do ano”, “Ok, sim senhor, então no final do ano traga cá um resumo das contas, que é para a gente saber onde e que foi gasto o dinheiro”. Eu penso que isso é lógico, portanto, e eu tenho defendido isso. É uma dificuldade, é uma reserva? É, mas isso não me impede de votar favoravelmente. Votei sempre favoravelmente, ao contrário do presidente de câmara, que já votou contra, aqui, subsídios a instituições, e instituições de peso, e para obras de relevo. -----

---- O Senhor Presidente perguntou: Qual foram, quais foram, Adelino, que eu votei contra? Diga, não me recordo. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral respondeu: O senhor já referiu essa instituição. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Não, da Santa Casa votei a favor, sempre. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Não, o primeiro julgo que não. O primeiro julgo que não votou a favor. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Não, foi, foi, votei. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Ou, se votou a favor, não



Reunião de 03/07/2017

percebo porque é que pôs as reservas todas e as dificuldades todas. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Votei os cento e vinte e cinco mil euros. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Que, aliás, mantém e vai falando nisso em todas as reuniões, portanto, há que haver aqui alguma coerência. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Factos são factos. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Eu voto favoravelmente e, a partir do momento em que voto favoravelmente, assumo isso, mais nada. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Sr. vereador, factos são factos. Eu votei todas as deliberações de apoio, deixe-me dizer-lhe. Na primeira reunião Vossa Excelência propôs duzentos e cinquenta mil euros na reunião de Janeiro, em meados de Janeiro, o subsídio de duzentos e cinquenta mil euros que comia, quase, sessenta e cinco por cento de todas as verbas que haveria para associações. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Era só metade num ano, era só metade num ano. -----

---- O Senhor Presidente continuou: O senhor que, três semanas antes, aprovou um orçamento que tinha lá verbas de quatrocentos mil euros para todas as associações, correntes e investimento, e passados quinze dias vem propor aqui um subsídio de duzentos e cinquenta mil euros apenas para uma associação. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Mas não está a ser correcto, nem está a ser verdadeiro, porque a aprovação desse subsídio, porque a aprovação desse subsídio pressupunha uma modificação orçamental e isso é que o senhor está a tapar, o presidente de câmara está a esconder um facto. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: A seguir vem propô-lo. Se prejudicava as associações. Ó Sr. presidente, se comia a totalidade do orçamento, porque é que o vereador Adelino revoga e pede uma anulação em reunião de câmara e Vossa Excelência. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Porque, eu digo-lhe porquê, mas eu digo-lhe porquê. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques continuou: Ser à pressa o senhor a propor o subsídio para uma associação. Explique lá. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Tenho aqui, eu digo-lhe porquê. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou: Porque foi o Adelino que propôs? Sr. presidente, seja claro e verdadeiro. Fica-lhe mal mentir. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Deixe-me concluir, se faz favor. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Está bem, peço perdão, está bem? -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Eu não queria voltar a repetir essa história, que foi aqui falada na reunião anterior, mas a verdade é que, de facto, eu, no uso das, enfim, das prerrogativas que julgo ter enquanto vereador, apresentei uma proposta. Quando foi a aprovação do orçamento, também propus que, do orçamento, e nas rubricas de subsídios, nomeadamente subsídios para obras, que é uma rubrica que está no orçamento, essa rubrica devia sempre que possível ter já a afectação desses valores. Tanto para esta instituição, tanto para aquela, tanto para aquela, portanto, isso devia ser planificado em conjunto com o orçamento. Só que, essa planificação dói a quem faz a gestão em cima do joelho, a quem faz a gestão no dia-a-dia, e não gosta de ter coisas planificadas e transparentes



Reunião de 03/07/2017

e que toda a gente perceba o que é que ali está. A minha proposta sempre foi, e mantém-se, o orçamento no seu essencial, pode haver uma rubrica depois residual para dar resposta a situações de emergência, mas no seu essencial, o orçamento devia ter já uma lista da afectação dos subsídios que estão a ser aprovados. É a minha opinião, é uma questão de transparência, é uma questão de transparência e, é uma questão de dizer às associações, com o que é que podem contar ao longo do ano. Isso é um instrumento de gestão fundamental para as associações. Então, se nós aprovamos aqui o orçamento da câmara, porque é que as associações também não hão-de ter direito, e sabemos quanto é que a câmara vai receber do orçamento de estado, quando é aprovado o orçamento, a câmara sabe rigorosamente quanto é que vai receber nesse ano, do orçamento de estado. Porque é que as associações e as instituições também não hão-de saber, no início de cada ano, que vão receber da câmara Municipal uma ajuda de “x”, ou de “y”, ou um apoio para aquela obra, ou para aquela? É uma questão de transparência, é uma questão de gestão, é uma questão de apoio ao movimento associativo. Isso é que é apoio ao movimento associativo, não é andar a acenar com os cheques, “Olhem, se vocês lá forem têm aqui um cheque e tal”, isso é falsear as questões e, o que eu defendo, sempre defendi, foi rigor, transparência e verdade. Por isso é que fiz a proposta. E, da mesma forma, peço desculpa, vou terminar, e da mesma forma que, no orçamento chamei à atenção para que o orçamento não tinha verbas disponíveis para apoio da obra que uma instituição estava a levar a cabo, também, de forma coerente, na reunião seguinte propus que lhe fosse atribuído um orçamento, porque foi incluído um euro no orçamento que tinha sido aprovado. E, naturalmente, esse apoio, esse subsídio, pressupunha, foi a disponibilidade de toda a câmara, que fosse feita uma alteração orçamental para enquadrar esse subsídio. Quantos subsídios é que são aqui aprovados com enquadramento orçamental, quantos? Nenhum, os subsídios são aqui aprovados sem ter enquadramento orçamental, sem estar cabimentados, então porquê chamar a Santa Casa da Misericórdia à liça, quando as outras instituições todas nunca lhe é exigido isso? Os senhores que são dirigentes associativos, acham isto justo? Então há aqui dois pesos e duas medidas? -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou: Claro que há. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Mas, sem dúvida. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Onde é que está o problema, está em mim? Eu demito-me já, eu demito-me já, se o problema está em mim, ajudar as instituições, peço desculpa, eu demito-me já e vocês têm todos a vida facilitada. Portanto, há que haver aqui verdade e justiça e honestidade, honestidade acima de tudo intelectual. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Aquilo que não há nesta casa. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral continuou: Portanto, se a câmara aprova subsídios sem estarem cabimentados, porque é que vem agora falar na questão do subsídio à Santa Casa, que não estava cabimentado? Não estava esse e não estavam os outros todos, e a câmara manifestou aqui, nesse caso particular, disponibilidade para fazer a modificação orçamental. Tanto é que eu, alertado pelo presidente de câmara, que podia estar a incorrer numa situação de conflito de interesses, propus a revogação da deliberação, que foi revogada, e o presidente de câmara, foi ele próprio, e bem, que teve o meu aplauso, que veio propor esse subsídio. Portanto, agora, vem-se agora aqui falar de coisas para iludir, isso é uma ilusão pura,



Reunião de 03/07/2017

uma ilusão pura. -----
 ---- O Senhor Presidente afirmou: Muito bem, muito obrigado, Sr. vereador. Pedia para concluir, está bem? -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral continuou: Para concluir, aliás, mudando até a agulha, porque isto nem tudo é mau, nem tudo é mau. E, subscrevendo aquilo que foi a declaração de interesses do vereador Artur Jorge, chegámos a um ponto em que a câmara nem tem dinheiro, nem tem orçamento, a verdade é esta, o orçamento está a esgotar-se, e ainda só vamos em Julho, portanto, o que é que há a fazer? Eh pá, temos que dar uma ajuda todos, temos que rapar as moeditas todas que andam lá no fundo das gavetas para, pelo menos, salvar a face de quem assumiu compromissos convosco. Quem assumiu compromissos e fez promessas, nós temos que ajudar essas pessoas, que representam esta instituição para, pelo menos, cumprir aquilo que vos prometeu, para nem vocês ficarem desfraldados, nem a câmara ficar mal vista. Portanto eu, subscrevendo, tendo em conta que o orçamento da câmara, a câmara já não tem orçamento, já não tem dinheiro, portanto, temos que fazer aqui um esforço, e temos que fazer aqui alguma, ter aqui alguma flexibilidade para, de facto, poder, enfim, disponibilizar algumas ferramentas, alguns instrumentos, alguns meios, que permitam que os compromissos sejam assumidos. Portanto, e eu, subscrevendo aquilo que foi a declaração de compromisso do presidente de câmara e do vereador Artur Jorge, eu estarei disponível para viabilizar a aprovação das contas através da abstenção, caso o compromisso da câmara e do presidente de câmara seja que sejam, que os subsídios sejam pagos, que estes subsídios que estão listados num ponto seguinte da agenda, sejam pagos e, para isso, tem que ser alterada a proposta que está aqui, porque, a proposta diz: “No pagamento no prazo de noventa dias” e se, há o compromisso de trinta dias, então, corta-se os noventa dias e põe-se trinta dias. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Mas, está lá isso, está lá isso. No ponto respetivo está lá isso.-----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Não, aqui está noventa dias. Pronto. Se, havendo o compromisso, todos os subsídios e que a verba que for libertada através da aprovação de contas e da revisão orçamental for assumido, Ok, se está, tudo bem, agora, na proposta está noventa dias, na proposta está noventa dias. Portanto, se a câmara, o que eu estou a dizer é que eu só estou a ler isto. É não, é a agenda, está, penso que está no descritivo do ponto na agenda, não? Mas terá que ficar na deliberação. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Mas fica, vamos lá, fica, tem o meu compromisso que fica.

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Portanto, com o compromisso da câmara e do presidente de câmara que os meios libertos com a aprovação de contas e com a revisão orçamental, que terá que seguir à aprovação de contas, são direccionados para pagamentos de subsídios que estão aprovados e não estão pagos, e alguns nem têm cabimento, e os que vierem a ser aprovados para, é tudo canalizado para as associações, para as instituições do concelho, eu estou disponível para rever a minha posição, porque eu nunca declarei aqui, que é outro equívoco, eu nunca fiz nenhuma declaração de intenção de sentido de voto. As pessoas entenderam que eu era contra as contas, e acho que as contas são más, acho que as contas são más, não do ponto de vista formal, porque isso aí, os serviços são irrepreensíveis, mas do ponto de vista do seu conteúdo, porque as contas não correspondem àquilo que tem que ser a execução orçamental. Portanto, as contas, para mim, estão mal, e mereciam ser chumbadas, mas, tendo em conta as necessidades actuais do município, as



Reunião de 03/07/2017

carências de meios e de dotações orçamentais, e os compromissos que houve, as necessidades, das várias instituições do concelho, eu estarei disponível para viabilizar a aprovação através da abstenção, desde que isso seja feito no prazo de trinta dias. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Muito bem, então, relativamente à conta estamos conversados, já foram feitas as trocas de toda a argumentação e outra haveria, portanto, que, de uma parte e de outra, naturalmente, eu, então, relativamente a isso, o Adelino, o que a Dra. Célia me está a pedir, de facto, é que o prazo de trinta dias para, de acordo com as disponibilidades financeiras e com o que existe para pagamento, se poderia chegar a trinta de Agosto, em vez de ser trinta dias? Por uma questão de prudência. Se os senhores, não, faremos um esforço. É só um bocadinho, Dra. Célia, diga lá porque é que está a dizer isto. ----

---- A Senhora Dr.^a Célia Tavares afirmou: As verbas já estão afectas a pagamentos, portanto, eu não tinha conhecimento disso e eu peço mais um mês. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Sejamos claros, a câmara neste momento não tem dinheiro, ponto final parágrafo. Estão à espera que venha o IMI de Julho para pagar. Sr. Dr. não se ria, sabe tão bem quanto eu. -----

---- A Senhora Dr.^a Célia Tavares afirmou: Há um orçamento de tesouraria que é preciso cumprir, há pagamentos de terrenos, já de subsídios também e não é possível, no mês de Julho, trinta dias dará três de Agosto. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Se me permitem, eu, sem querer entrar em diálogo com as pessoas que estão na assistência e porque o pai da criança é o vereador, para mim é o vereador Artur Jorge Ferreira, é, se ele não colocar nenhum obstáculo e se os estimados dirigentes associativos aqui presentes também, enfim, de forma silenciosa, não vamos aqui fazer nenhuma votação, de forma silenciosa, anuírem a esta sugestão, eu também, não sou eu que vou obstaculizar. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Então, relativamente a isto, vamos então, quem, com este compromisso, está bem, por razões de cautela, dizer ao vereador Adelino que, depois, no ponto respectivo das associações poremos então aqui, porque estava aqui uma alteração à proposta, que é no ponto 10.º, faremos uma alteração que é o pagamento no prazo: Até trinta e um de Agosto, os apoios financeiros já deliberados às associações, validados que sejam as deliberações relativas à conta de gerência de dois mil e dezasseis. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Deliberados e a deliberar - deliberados e a deliberar Sr. Dr. O Sr. dr. apresentou-nos uma proposta, desculpe lá, a terminologia tem que lá ficar, deliberados e a deliberar, porque Vossa Excelência mandou-nos uma proposta de subsídios a deliberar. Ah, pronto, então, sejamos claros. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Mas outra coisa, se me permite, também, porque isso vem a talhe de foice, a última reunião chamei à atenção para o facto de a última execução orçamental que tenho refere-se a trinta de Abril e, como já estamos em Julho. ----

---- O Senhor Presidente afirmou: Dra. Célia, tem que vir na próxima reunião execução orçamental, está bem, se faz favor? -----

---- Em reapreciação dos documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2016, a Câmara deliberou, por maioria, com dois votos a favor, do Senhor Presidente da Câmara e da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Sofia Relvas, e quatro abstenções, dos Senhores Vereadores Artur Jorge Ferreira, Dr. Manuel Marques, Dr.^a Rita Neves e Adelino Borges Amaral, revogar a deliberação tomada em reunião ordinária de 24/05/2017 e aprovar o



Reunião de 03/07/2017

Relatório de Gestão e Prestação de Contas relativos ao ano de 2016, a submeter à apreciação da Assembleia Municipal e remessa dos mesmos ao Tribunal de Contas. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques apresentou a seguinte declaração de voto: Sr. presidente, muito obrigado por me ceder estes dois minutos. Para acabar com o lamaçal em que caiu este assunto, e que não se prejudiquem associações, abstive-me. Poderia, e era minha obrigação, ter votado contra, aliás, bastava plagiar a votação contra do presidente da câmara em nove de Abril de dois mil e catorze, quando chumbou as contas do antigo executivo. O voto contra não é feito tendo por base os documentos contabilísticos apresentados, que considera estar bem-feitos pelos serviços municipais, mas tão só e apenas pelo facto de só o voto contra poder eximir qualquer responsabilidade jurídica relativamente à materialidade das operações em grande parte posta em causa. Foi este, isto que Vossa Excelência ditou para a acta em nove de Abril de dois mil e catorze, referente às contas do executivo anterior. Vou-me abster e espero que, se isto tiver alguma responsabilidade jurídica, esta minha declaração de voto sirva para me ilibar. Muito obrigado, Sr. presidente. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Muito obrigado, Sr. vereador Adelino Amaral, faça favor.--

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Eu, se tiver oportunidade, enviarei a declaração de voto por escrito, mas como tenho algumas dificuldades em disponibilizar tempo, fica já aqui anotado que o voto pela abstenção justifica-se por tudo o que disse no período de discussão, nomeadamente na sua parte inicial, quando manifestei preocupações e reservas em relação à legalidade e eventual irregularidade de todo este processo, e na parte final da minha intervenção, em que justifico a abstenção de contas que manifestamente deveriam merecer a minha reprovação, mas em que justifico a necessidade de disponibilizar meios para que a câmara e o presidente de câmara possam honrar os compromissos que assumiram com as associações. Portanto, eu se tiver oportunidade enviarei por escrito, não tendo, fica registado a razão da minha votação. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Eu propunha aos Srs. vereadores, se não houvesse obstáculo da vossa parte, um intervalozito de três minutos. Algum obstáculo? Então, três minutos, está bem? -----

---- **Foi feito um intervalo de três minutos.** -----

---- **Reaberta a reunião**, o Senhor Presidente da Câmara passou ao ponto 6, da presente Ordem de Trabalhos. -----

(288/2017/07/03)6 - PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO ANO DE 2016 – APROVAÇÃO

---- Presentes os documentos de prestação de contas consolidadas do ano de 2016. -----

---- O Senhor Presidente perguntou: Alguns dos Srs. vereadores se quer pronunciar relativamente a esta questão da consolidação das contas? Se faz favor. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Eu queria, muito rapidamente, dizer que, enfim, por analogia com a aprovação de contas, e eu também me absterei, enfim, porque uma coisa decorre da outra, e não faria sentido votar de modo diferente. -----

---- A Câmara deliberou, por maioria, com dois votos a favor, do Senhor Presidente da Câmara e da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Sofia Relvas, e quatro abstenções, dos Senhores Vereadores Artur Jorge Ferreira, Dr. Manuel Marques, Dr.^a Rita Neves e Adelino Borges Amaral, aprovar os documentos de prestação de contas consolidadas do ano de 2016, a submeter à aprovação da Assembleia Municipal. -----



Reunião de 03/07/2017

(289/2017/07/03)7 - APROVAÇÃO DA REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL N.º 1 E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO, N.º 2, DO ANO DE 2017

---- Presente a Revisão ao Orçamento Municipal n.º 1, e às Grandes Opções do Plano, n.º 2, do ano de 2017, a qual fica anexa a esta ata (Anexo I), fazendo dela parte integrante. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Portanto, os documentos foram enviados, portanto, é uma revisão. Portanto, a revisão orçamental tem do lado da receita. Pedia, Tó Rui, pedia silêncio à sala, se faz favor. A revisão tem do lado da receita o montante de quatrocentos e vinte e um mil euros, que é noventa e sete mil euros do Ministério da Educação, portanto, de acordos celebrados para substituição do amianto na Escola Secundária de Nelas e na Escola Fortunato de Almeida, noventa e sete mil, tendo do lado da receita cento e dezassete mil setecentos e sessenta e seis euros que foi a comunicação do acelerador de investimento, por termos começado a executar as obras de reabilitação urbana no exercício de dois mil e dezasseis. E, no lado da receita, também, o saldo da gerência anterior, duzentos e seis mil trezentos e onze euros. Do lado da despesa há aqui o reforço do subsídio para a Feira Medieval de Canas de Senhorim, em seminários, exposições e similares, para a feira medieval. Há aqui, para as instituições sem fins lucrativos, um reforço de cento e cinquenta e três mil euros, de acordo com os subsídios que constam da lista que vai, depois, ser sujeita a aprovação. O que está previsto neste reforço, também estão depois aqui em GOP, grandes opções do plano, nada tem a ver com o subsídio da Santa Casa da Misericórdia, que está noutra rubrica e, portanto, o que está aqui a ser proposto em alteração orçamental, é cento e vinte e cinco mil euros, que já estão previstas aqui no Lar e Centro de Dia da Misericórdia, nas GOP e mais cento e cinquenta e três mil euros, portanto, é um reforço, uma modificação, um reforço de verbas para um movimento associativo de duzentos e setenta e oito mil euros. Portanto, na lógica da despesa é isto aqui, portanto, há aqui ainda um reforço na devolução, numa restituição de oitenta e oito mil cento e cinquenta euros ao QREN, de verbas que foram pagas por lapso em excesso, no âmbito dos montantes que foram transferidos para o município, agora estão a ser reclamados e têm mesmo que ser devolvidos, sob pena de pormos em causa a execução dos projectos financiados no PO SEUR. Do lado da, portanto, o reforço de quinhentos e quarenta e dois mil euros, quinhentos e setenta e oito mil por via da receita, do aumento da receita, e do reajustamento de despesa, que é a ETAR de Nelas III, mercê de dois meses no atraso da execução da ETAR, é possível retirar as verbas do município, do orçamento da câmara, a câmara está a participar a ETAR de Nelas três, não em quinze por cento, mas foi feita uma aprovação sujeita, depois, ao aumento de verbas, em função do estudo de viabilidade económica e do estudo de custo-benefício da ETAR e, portanto, foram aprovados apenas oitenta e cinco por cento de setenta e cinco por cento do valor a empreitada. O que significa que há aqui, esse atraso propicia que, previsivelmente, não vão ser gastos duzentos e oitenta mil euros do orçamento municipal, na ETAR de Nelas três. Além de outros, existe aqui também, estes vinte mil euros é de uma renegociação de uma compra de um terreno na zona industrial, logo ali no início da zona industrial, em que também o processo está em renegociação, e esta verba estava alocada a esse negócio. Além disso, há aqui um reforço de verbas de cinquenta mil euros para as freguesias, portanto, para abertura do espaço cidadão, vinte e cinco mil euros para a Junta de Freguesia de Santar/Moreira, e vinte e cinco mil euros para a Junta de Freguesia de Canas de Senhorim e, cá está, instituição sem fins lucrativos que, além de constar nas GOP, consta aqui também cento e vinte e cinco mil euros para a Santa



Reunião de 03/07/2017

Casa da Misericórdia de Santar, que serão pagos. Portanto, é esta a rubrica de revisões orçamentais, devidamente justificada pelo lado da receita e devidamente justificado pelo lado da despesa. Algum dos Srs. vereadores se quer pronunciar relativamente a isto? A revisão sete, Dr. Marques, faça favor. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Sr. Dr., com a devida vénia, muito obrigado. De facto, as segundas-feiras, para mim, são dias terríveis, completamente terríveis, porque é a ressaca, digamos assim, de uma semana de trabalho em que eu uso, normalmente, o sábado e o Domingo, para resolver as questões do meu associativismo, para resolver as questões da vida agrícola da família onde eu trabalho bastante e, também, para receber em minha casa os amigos, depois de resolver alguns problemas. Hoje foi a melhor segunda-feira que eu já tive na minha vida, posso mesmo dizer isto, consegui convencer o presidente da câmara a dizer a verdade e dizer que a câmara não tem dinheiro, está falida, não pode pagar às associações. Consegui fazer isso. E também, Sr. presidente da câmara, consegui outra coisa importante para aqueles que tanto nos metralharam, aqueles que nos vilipendiaram, quando Vossa Excelência dizia que não podia pagar subsídios porque não lhe aprovavam o saldo da conta gerência. Sr. presidente da câmara, Vossa Excelência, do saldo da conta gerência, que é duzentos e seis mil euros, apenas vai distribuir pelas associações cento e cinquenta e três mil. De facto, Sr. presidente da câmara, é a segunda-feira mais feliz da minha vida, a segunda-feira em que consegui desmontar as mentiras do presidente da câmara, a segunda-feira em que, ao longo de quatro anos de combate político pela verdade, hoje ela foi – a mesma verdade - foi reconhecida. Muito obrigado, Sr. presidente da câmara, ainda vai a tempo de corrigir o caminho da mentira, junto dos seus concidadãos e concidadãs. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Muito bem, Sr. vereador Adelino Amaral, eu queria dizer-lhe que, na revisão orçamental que Vossa Excelência tem à sua frente, estão previstos reforço da instituição sem fins lucrativos, cento e cinquenta e três mil euros, só um bocadinho, e está previsto instituições sem fins lucrativos, na rubrica zero-um-zero-dois-onze, que é despesas de capital, onde se inclui a Santa Casa da Misericórdia de Santar e, portanto, tudo somado, cento e cinquenta e três mil mais cento e vinte e cinco mil dá duzentos e setenta e oito mil euros. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Pois, mas eu não disse isso. Não, não disse, é o que eu anotei, Sr. presidente da câmara, está aqui, eu escrevi agora a correr. Então, mas o Sr. dr. não me disse, desculpe. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Pronto, tem a palavra Sr. vereador, portanto, em rigor, há um reforço de duzentos e setenta e oito mil euros para o movimento associativo, faça favor, Sr. vereador. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Eu queria fazer aqui algumas observações muito rápidas, também, antes disso, o valor que o Sr. presidente falou de devolução de candidaturas do PO SEUR é este valor que está aqui, cento e setenta e oito mil euros? -----

---- O Senhor Presidente respondeu: Não, oitenta e oito ponto cento e cinquenta. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral perguntou: Então e o valor inscrito em diminuição na receita da rubrica PO SEUR, é oitenta e oito mil, portanto, será oitenta e oito mil de devoluções, é isso? ----- O Senhor



Reunião de 03/07/2017

Presidente respondeu: É oitenta e oito mil, que está aqui. Tivemos que fazer o reforço do valor que temos que devolver, que é oitenta e oito mil cento e cinquenta. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral perguntou: Está bem, mas pode-nos explicar o que é que são estes cento e setenta e oito mil e quinhentos, na página um? -----

---- O Senhor Presidente afirmou: PO SEUR, foi o valor que foi anulado. -----

---- A Senhora Dr.^a Célia Tavares informou: É a anulação pela PO SEUR que é a parte financiada, como estamos a anular uma despesa. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral perguntou: Ok, então não tem nada a ver com estas devoluções que falámos? Ok, portanto, é a redução da parte financiada da grande ETAR. Ok. Pronto, só chamar à atenção de duas questões. Primeiro: a questão da substituição das coberturas das escolas, felizmente, a câmara impôs que o presidente de câmara renegociasse com o governo, porque, a primeira proposta que foi colocada em cima desta mesa, foi a câmara assumiria, na sua totalidade, ou numa grande parte, peço desculpa. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Não, não era, até cinquenta mil euros. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral continuou: Sim, assumiria custear, sim, na sua grande parte, assumiria custear aquelas obras. No ponto de vista da câmara foi, é uma imposição legal, deriva do governo, as escolas são património do Estado, logo, compete ao Estado, até para cumprir a sua própria lei e, porque as escolas são do Estado, compete ao Estado fazer as obras. Foi isso que a câmara defendeu, essa preocupação foi transmitida ao presidente da câmara, que a levou para o governo e, muito bem, o governo acabou por aceder, financiar essas obras. Portanto, elas serão feitas a expensas do governo, que é isso que lhe compete, portanto, não vale a pena andar a dizer que os desgraçados dos vereadores não aprovam as coisas, que impedem a retirada do amianto que está a prejudicar a saúde das crianças. Não vale a pena andar a dizer isso, o que vale a pena dizer é que a câmara tem noção das responsabilidades, e tem poder, ou, deve ter poder reivindicativo, também perante o Estado, também perante o governo, foi isso que foi feito aqui, muito bem, é uma nota positiva que eu aqui deixo. A questão da redução de duzentos e oitenta mil euros na grande ETAR, isso tem a ver com aquilo que eu disse há bocadinho de, quando se fazem os orçamentos, incluem-se lá rubricas que, depois, se sabe que não vão ser realizadas, e isso permite, depois, cabimentar despesas e dá origem a desvios e a situações de ruptura financeira. E foi isso que foi feito na ETAR de Nelas, foram cabimentados no orçamento inicial, eh pá, eu não me lembro agora qual foi o valor, mas um valor astronómico, que tem vindo a ser reduzido. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Um milhão e oitocentos mil, acho eu, está aqui. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral continuou: Pronto, na receita mas foi cabimentado um valor astronómico que foi dito aqui, que não tinha correspondência com a realidade, portanto, o que é que há a fazer? É ajustar esse valor à realidade. É evidente que tira-se alguma margem de manobra, eu digo isto entre aspas, a manobra, entre aspas, tira-se alguma margem de manobra para depois se poder reafectar esse dinheiro a outras despesas, que é o que está aqui a ser feito. Portanto, é retirar os duzentos e oitenta mil euros da grande ETAR e, portanto, distribuí-lo por outras rubricas. Enfim, eu não concordo muito com esta prática, mas tenho que a aceitar como necessária, tendo em conta até os constrangimentos orçamentais, e tendo em conta os erros que vão sendo cometidos ao longo do ano e, depois, chegamos à altura... “Eh pá, mas agora tem de ser, e temos que fazer isto senão não há Férias em Acção, não há financiamento para as associações, não há obras nas escolas, não há nada



Reunião de 03/07/2017

disso”. Portanto, chega-se a uma altura que, depois, a gente tem que pactuar e tem que condescender, porque, entretanto, houve um acumular de erros, que não foram assumidos por ninguém, não foram meus. Portanto, eu não concordo com isto, mas tenho que aceitar como, digamos que é o fundo, é uma gaveta que tem um fundo falso, além de rapar aqueles dinheiritos todos que eu, há bocadinho, falei, temos que levantar o fundo da gaveta e ir lá buscar à reserva e, a reserva, de facto, é a grande ETAR de Nelas. Isso só tem um inconveniente, é que vai atrasar a obra, não é? É que vai atrasar a execução da obra, que é inevitável, porque manifestamente a câmara também não tinha fundos disponíveis para que a obra fosse feita a correr como era necessário que fosse feita. Enfim, há uma série de erros aí que eu, agora, não vou aqui invocar, aceito como razoável este procedimento, embora não concorde com ele, mas, tendo em conta, digamos, que a afectação, ou a reafectação desses valores, eu também me vou abster nesta votação, viabilizando assim a aprovação desta modificação. E não, eu peço desculpa, e não fora esta, digamos que este desarranjo orçamental de não cumprir aquilo que se promete, nomeadamente a grande ETAR feita, a grande ritmo, a grande velocidade, não sei quê, não fora, digamos que, esse desacordo, eu votava favoravelmente, mas como tenho, digamos que, essa pedra no sapato, chamemos-lhe assim, portanto, vou-me abster nesta votação. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Muito obrigado. Só dizer que a empreitada da grande ETAR de Nelas, quer a ETAR, é dois milhões de euros, e o prazo de execução são dezanove meses, e o sistema interceptor é um milhão e duzentos mil euros e o prazo de execução são dezanove meses. É uma obra financiada e acompanhada pelo PO SEUR, com Visto do Tribunal de Contas e, portanto, está devidamente, nem podia ser a grande ritmo, grande aceleração, porque o empreiteiro e a abertura do concurso público, foi feito para ser construído em dezanove meses, o compromisso que existe é que estará construída em Novembro de dois mil e dezoito, daqui a um ano. Depois, dizer também, esclarecer também, que a primeira vez que a questão do amianto foi colocada à câmara, foi a Sra. Dra. Regional de Educação, da DGEST, que me disse: “Há setenta mil euros disponibilizados no orçamento do Ministério da Educação para substituir o fibrocimento das escolas. Nós temos um orçamento que diz que são cento e cinquenta mil, a câmara paga a diferença?” E, naturalmente, eu colocado entre perder os setenta mil euros da Escola Secundária de Nelas, e dizer que a câmara suportaria a diferença para, de forma urgente, substituir o fibrocimento e o amianto das escolas, a minha resposta só foi: “Se a condição é esta, eu levo à câmara, à assumpção da diferença do valor para imediatamente substituímos o fibrocimento e o amianto nas escolas”. E portanto, e, depois, além disso, consegui negociar para a Escola Fortunato de Almeida mais vinte e cinco mil euros, portanto, o total da participação são noventa e sete mil euros e, a câmara conseguiu orçamentos, já pediu orçamentos a cinco ou seis empresas, incluído a todas as empresas do concelho, e tem um orçamento, não vão ser porque ninguém apresentou orçamentos, tem orçamento que faz a obra, há um orçamento de uma empresa de Leiria que faz a obra por cento e nove mil euros, cento e nove mil euros.-----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Depois é a mesma, aquela que o senhor juntou aí, sozinha, num concurso, a mesma. em cima da mesa no primeiro dia -----

---- O Senhor Presidente continuou: Cento e nove mil euros, IVA incluído, que é o que está aqui em grandes opções do plano, portanto, a câmara suportará sempre doze, a câmara



Reunião de 03/07/2017

suportará sempre doze mil euros e, portanto, eu acho que é um excelente resultado, aquele que se conseguiu, para a requalificação imediata das nossas escolas. -----

---- A Câmara deliberou, por maioria, com dois votos a favor, do Senhor Presidente da Câmara e da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Sofia Relvas, e quatro abstenções, dos Senhores Vereadores Artur Jorge Ferreira, Dr. Manuel Marques, Dr.^a Rita Neves e Adelino Borges Amaral, aprovar a Revisão ao Orçamento Municipal, n.º 1, e às Grandes Opções do Plano, n.º 2, do ano de 2017, a submeter à aprovação da Assembleia Municipal. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques apresentou a seguinte declaração de voto: Abstenho-me porque, quanto, tenho a convicção clara que todos estes números não são efectuados pelos serviços, mas sim por uma empresa avençada, daí eu os pôr em causa. Para não ser crucificado na praça pública, mas, acautelando a vida da câmara e acautelando-me a mim próprio, de qualquer ilegalidade, e espero que isso possa prevalecer numa futura inspecção, votei, abstive-me. Eu lamento, Sr. presidente da câmara que, de facto, seja feita pela mesma empresa que Vossa Excelência apresentou aqui no primeiro dia. É lamentável, a forma como trataram os empreiteiros do meu concelho. -----

(290/2017/07/03)8 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CRITÉRIOS PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ÉPOCA DESPORTIVA 2017/2018 – APROVAÇÃO

---- Presente a proposta de critérios para celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo para a época desportiva 2017/2018, que a seguir se transcreve: --

---- “1. *Escalões de Formação (valores a atribuir por equipa)*

<i>MODALIDADE</i>	<i>Valor €</i>
<i>Futebol 7</i>	<i>3.500,00€</i>
<i>Futebol 11</i>	<i>4.500,00€</i>
<i>Futsal</i>	<i>3.000,00€ (Campeonato Distrital)</i>
	<i>4.000,00€ (Campeonato Nacional)</i>
<i>Basquetebol</i>	<i>1.500,00€</i>
<i>Andebol</i>	<i>3.500,00€ (Campeonato Distrital)</i>
	<i>5.000,00€ (Campeonato Nacional)</i>

---- 2. *Género* -----

---- *Equipas Femininas – acréscimo de 500,00€ por equipa cumulativo com restantes apoios.*

---- 3. *Outros Apoios/ Patrocínios* -----

---- *Analisado caso a caso e consoante deliberação em Reunião de Câmara.*-----

---- 4. *Instalações* -----

---- *Acréscimo de 15% ao valor do subsídio para clubes/ entidades que não usufruam das instalações desportivas municipais.”* -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Estes critérios são os critérios que foram aprovados por todos, no ano de dois mil e dezasseis, relativamente à época desportiva dois mil e dezasseis, dois mil e dezassete e, portanto, estão aqui a ser propostos, para se manterem os critérios, é apenas isso, para a época dois mil e dezassete, dois mil e dezoito. Há um número três que diz, e eu gostaria que os Srs. vereadores anotassem: “Outros apoios ou patrocínios. Analisado caso a caso e, consoante deliberação...” -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: São outros apoios, ou patrocínios, do poder discricionário do presidente da câmara, vem de chapéu, toma lá mais



Reunião de 03/07/2017

um patrocínio. Quero apresentar aqui uma proposta. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Deixe-me concluir, deixe-me concluir, eh pá, não consegui acabar de dizer o número três. O número três diz assim: Outros apoios e patrocínios, - Analisado caso a caso e, consoante deliberação em reunião de câmara. Portanto, relativamente a estes critérios, vamos ser sérios. A proposta que está em apreciação. Quer que eu faça outro intervalo, Sr. Vereador para acalmar? -----

--- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques respondeu: Não preciso. Eu só pedia que o Sr. Dr. fosse verdadeiro e fosse sério nesta matéria, era o que eu lhe pedia, verdade e seriedade. Porque eu, Sr. Dr. eu já conheço o seu modus operandi. O Senhor promete-lhe o subsídio e trá-lo aqui à reunião, e agora o Adelino, Artur Jorge, Rita e é essa a sua vergonha, é essa sua forma de estar. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Antes que o Sr. vereador Manuel Marques atinja o ponto de tal maneira agastado que se vá embora, eu punha à consideração da câmara. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Deixe-se de tretas, Sr. dr., deixe de tretas. -----

---- O Senhor Presidente continuou: Deixe-me acabar, se faz favor, punha à consideração da câmara se aprovamos, em minuta, todos os pontos que já foram deliberados até agora. Alguém se opõe, a que sejam aprovados em minuta os pontos. Muito bem, portanto, relativamente a isto. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Até a falência da câmara no seu mandato está aprovada, já, para constar em acta. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Eu, relativamente a isto, queria dizer o seguinte, relativamente aos critérios: o que está em apreciação, e já não é a primeira reunião em que isto aqui está, são estes os critérios que foram validados. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: As nossas propostas, Sr. presidente, as nossas propostas, aquela senhora me mandar calar. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral perguntou: Sr. presidente, podemos prosseguir a reunião? -----

---- O Senhor Presidente respondeu: Se me deixarem, Sr. vereador. Se me deixarem, desculpe lá, senão, querem que eu prossiga ao grito ou ao berro? Se me deixarem prosseguir a reunião, eu prossigo, se não me deixarem. Portanto, o que eu tenho a evidenciar relativamente a esta proposta de critérios para celebração de contratos-programas e desenvolvimento desportivo, que são os que foram aprovados nos anos anteriores, e eu, até hoje, e até agora, não recebi nenhuma proposta alternativa dos Srs. vereadores. Ok? Portanto, têm o direito, nos termos regimentais e legais, até cinco dias antes de qualquer reunião, de proporem critérios alternativos. Eu não recebi da vossa parte nenhum critério, portanto, deixem-me prosseguir a reunião. -----

----- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Seja sincero uma vez na sua vida. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Vamos lá ver, eh pá, vamos lá ver. Relativamente aos critérios, relativamente aos critérios, quem é que se quer pronunciar relativamente aos critérios? Faça favor, Sr. vereador. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: A primeira questão é uma questão formal. Nós ainda hoje, em questões gravíssimas, condescendemos em deliberar



Reunião de 03/07/2017

coisas que não estavam agendadas. A agenda tinha: “Reapreciação das contas”, a Dra. Célia, e muito bem, a meu ver, chamou à atenção para, é necessário acrescentar: “Revogação da deliberação anterior”, que não estava agendada, e a câmara condescendeu. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Sr. vereador, proponha lá coisas, vá. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral continuou: Agora, vir invocar os cinco dias, que, essa treta, ainda me há-de explicar bem essa treta, qualquer vereador tem direito. ---

---- O Senhor Presidente afirmou: É a lei. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral continuou: Desde que o assunto esteja agendado, qualquer vereador tem direito a apresentar propostas no âmbito desse ponto agendado, como é evidente, isso é uma regra básica. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Mas isso alterou-se com a nova lei das autarquias. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral continuou: Qual nova lei, qual nova lei. Isso é tudo treta, isso é tudo treta. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Antigamente podiam ser aditados pontos, a nova lei não permite. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Quer dizer, eu tenho que adivinhar quais são os assuntos que vão ser agendados, para depois. Sr. vereador, quando se esgotarem os meus argumentos peço ajuda e peço o favor de me ajudar, mas, enquanto eu for usando argumentos... -----

---- O Senhor Presidente perguntou: Quais são as propostas de alteração, Sr. vereador? -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Portanto, o que eu acho é que, desde que o ponto, espere lá, Sr. presidente, desde que o ponto esteja agendado, qualquer vereador tem direito a apresentar propostas no âmbito, sob pena de cairmos num impasse absurdo. Eu tenho que adivinhar qual é o assunto que vai ser agendado para, previamente, apresentar uma proposta. Eu só sei que o assunto está agendado depois de ver a agenda, como é evidente. Portanto, não vale, porque isso é uma ilegalidade tremenda, vir dizer que os assuntos têm que ser, as propostas têm que ser apresentadas cinco dias antes. Então, é antes da agenda? Vamos lá esclarecer isto, se calhar nós deveríamos ter aqui um consultor permanente, porque, de facto, este emaranhado das leis e dos artigos, eh pá, eu confesso o meu total desconhecimento e a minha total incapacidade, mas há coisas que são por demais evidentes. Então, dizem-me que eu tenho que apresentar uma proposta antes de saber a agenda, então como é que isso é possível? Não estou a entender, há coisas que eu não consigo entender. Não me invoquem as leis, porque as leis têm que ter uma estrutura coerente, e têm que ser razoáveis. Portanto, mas, mesmo que assim fosse, talvez pelo facto de não ter estado presente, o Sr. presidente desvalorize o trabalho da câmara quando não está presente, mas o que é verdade é que, na última reunião em que este assunto foi falado, e depois foi retirado, foi aqui formalmente apresentada uma proposta. Foi verbal, por boca, não houve papel, então mas as propostas verbais também não são válidas, então o que é que estamos aqui a fazer? Então não vale a pena estarmos aqui, deixamos cá os papéis e vamos embora. -----

---- O Senhor Presidente perguntou: Qual era a proposta? diga lá. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral respondeu: E, a proposta que eu passo a enunciar era muito simples: a câmara concorda com a definição dos critérios, mas entende que há aqui duas ou três situações de injustiça, que devem ser reparadas e devem ser incluídas nesta proposta, a saber: um reforço de seis mil euros para o futebol onze, em vez de quatro



Reunião de 03/07/2017

mil e quinhentos euros, o futebol onze passa a receber seis mil euros por cada equipa. No basquetebol, não está identificado se o basquetebol participa em competições oficiais ou não. Peço desculpa, Sra. vereadora, mas eu acho que isso deve ficar, na minha opinião, modesta opinião, isso deve ficar, as alternativas devem ficar na definição de critérios. Para apoio à modalidade, portanto, sem participação em competições, os mil e quinhentos euros parece-me bem, se houver participação em competições a nível distrital, competições oficiais, não é torneios de fim-de-semana amigáveis, não é isso, é competições oficiais, a nível distrital, esse valor passa para três mil euros, à semelhança do futsal. E, se forem competições a nível nacional, esse valor passa para quatro mil euros, também à semelhança do futsal. Parece-me um critério lógico. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Mas diga qual é, é que eu não tomei nota de tudo. Então, aqui, onde está: “Futebol onze”. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Futebol onze, onde está quatro mil e quinhentos passa a seis mil. No basquetebol, os mil e quinhentos mantém-se para apoio, se não houver competições, se houver competições a nível distrital, é três mil euros. Se houver competições a nível nacional é quatro mil euros, por analogia com o futsal, parece-me um critério justo. E, depois, e até porque as contas que são aqui apresentadas pelo perdão das taxas às associações que utilizam as instalações municipais, que são valores muito elevados, e o valor que é proposto de quinze por cento de reforço para as associações que não usam as instalações municipais, esse valor deve ser rectificado para vinte e cinco por cento. Portanto, haver um reforço, em vez de quinze por cento, passa a haver um acréscimo de vinte e cinco por cento, para os clubes que não usem as instalações desportivas municipais. Portanto, este foi o sentido e a forma, porque ela foi formalizada, da proposta que a câmara, que a maioria dos vereadores entendeu apresentar, na última reunião, e que eu, aqui, renovo e formalizo desta forma, e peço aos Srs. vereadores e à câmara para apoiarem e para, enfim, se o Sr. presidente entender fundir as duas propostas e votar esta nesta maneira, muito bem, senão deve-as votar em alternativa. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Muito bem. Eu só pedia se tem um cálculo financeiro de, qual é o significado do aumento de quatro mil e quinhentos euros para seis mil euros? -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral respondeu: Eu não tenho esse cálculo financeiro, mas também não tenho o cálculo financeiro do impacto de todos os outros subsídios, também não estão justificados. Portanto, o Sr. presidente insiste em que, quando há uma alteração que tem implicações económicas e orçamentais, eu tenho que justificar, mas a proposta base não tem que ser justificada, então? -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Portanto, implica manterem-se as equipas inscritas em futebol de onze, nos últimos anos, isto pode implicar, ora, futebol de onze, até ao, quantas equipas podem estar aqui em causa? Sete equipas? Portanto, só o futebol onze, a proposta, não é? Sete vezes um ponto cinco, mais dez mil euros, muito bem. Pronto, então. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Só uma notazinha, eu agradeço a sua ajuda, afinal, o impacto não é assim tão grande quanto isso. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: É isso mesmo, era isso que eu queria ver. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral continuou: Certo, mas há uma outra questão que eu também, perdoem-me os Srs. dirigentes do movimento associativo, que eu também quero aqui pôr em cima da mesa. É, de facto, necessário verificar se os diversos



Reunião de 03/07/2017

clubes mantêm as equipas em participação em provas oficiais, ou se dizem que mantêm e fazem a inscrição de atletas e, depois, não participam. Portanto, é importante, eu não estou aqui a levantar nenhuma suspeição em relação a nenhuma instituição, não estou aqui a levar nenhuma suspeição, longe de mim essa intenção, mas acho que é da mais elementar justiça que a câmara comprove que os atletas estão inscritos e os clubes participam. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Muito bem, estamos de acordo, então, a proposta passa. Futebol de onze, seis mil euros, basquetebol três mil euros, em caso de participação no campeonato distrital, por equipa, e quatro mil em caso de participação no campeonato nacional. Mantendo os mil e quinhentos, sim, para a actividade, manter, manter. Ok, está bem. E, depois, um aumento de vinte e cinco por cento em Instalações, acréscimo de vinte e cinco por cento ao valor de subsídio para clubes, entidades, que não usufruam de entidades desportivas municipais. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou: Só uma pequena, no seguimento daquilo, sim, sim, eu sei, não, não é isso. É só no seguimento daquilo que também tenho vindo a dizer, também, nas últimas reuniões, e dos anos anteriores. Acho que, por uma questão de igualdade também, e também de clareza disto, acho que também, além da formação, havia de estar também uma verba contemplada para a equipa de seniores que estão a trabalhar. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Muito bem, para a equipa futebol sénior. Pronto, mas isso poderá ver, acho isso aí não é para excluir o Artur, eu, da minha parte não será para excluir, mas, eu acho que, havendo eleições dia um de Outubro, em Outubro e, ao abrigo deste número três, a câmara poderá sempre deliberar esse apoio. Portanto, quem vota contra esta proposta, então? Três mil e quinhentos para futebol sénior, futebol onze por equipa, futebol onze, seis mil euros por equipa, futsal três mil euros campeonato distrital, quatro mil euros campeonato nacional, basquetebol apoio de mil e quinhentos euros a qualquer que seja a participação, três mil euros para o distrital e quatro mil euros para o nacional, três mil e quinhentos euros para o campeonato distrital, e andebol cinco mil euros para o campeonato nacional. E vinte e cinco mil euros para entidades. vinte e cinco por cento, que não usufruam de instalações desportivas municipais. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar, com as alterações introduzidas à proposta apresentada pelo Senhor Presidente, os critérios para celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo para a época desportiva 2017/2018. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Está aprovado, se não houver obstáculo de Vossas Excelências, aprovado em minuta, este ponto.

(291/2017/07/03)9 - MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL N.º 11 E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO N.º 11, DO ANO DE 2017 – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente a modificação ao Orçamento Municipal n.º 11 e às Grandes Opções do Plano n.º 11, para o ano de 2017, a qual fica anexa a esta ata (Anexo II), fazendo dela parte integrante. -

---- O Senhor Presidente afirmou: Portanto, essa modificação orçamental resulta no essencial depois, em termos orçamentais, daquilo que vem da revisão orçamental, o ajustamento, e a justificação é a mesma, praticamente a mesma, se tiverem alguma dúvida eu peço à Dra. Célia para esclarece relativamente às modificações orçamentais, Dra. Célia, se houver dúvidas, faça favor. Tem a palavra, Sr. vereador Marques, para dúvida sobre. -----



Reunião de 03/07/2017

- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Só uma pergunta, se os serviços podiam explicar quanto é que vamos gastar nas Férias em Acção. -----
- O Senhor Presidente afirmou: Mais? Então, mas quer este esclarecimento já, faça favor, quanto é que está previsto, qual foi o reforço das Férias em Acção? -----
- A Senhora Dr.^a Célia Tavares respondeu: Trinta mil euros. -----
- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou: Mas gastos em quê? --
- O Senhor Presidente respondeu: Nos técnicos, Sr. vereador, eu digo-lhe em quê. Está bem, mas, o grosso essencial são os técnicos. Então, tenha calma, estou eu a dizer, está bem, Sra. vereadora, faça favor de esclarecer. -----
- A Senhora Vice-Presidente afirmou: Eu não tenho de cabeça se são nove, se são dez, se são onze, posso ir buscar a minuta, se quiser? -----
- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: São menos de vinte mil euros para as pessoas. Não é muito menos, são menos de vinte mil, e os outros dez mil será para equipamento. -----
- O Senhor Presidente afirmou: Já tem a resposta, Sr. Vereador. -----
- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Será isso, Sra. Dra. Célia? Eu peço desculpa, mas, com toda a franqueza. -----
- O Senhor Vereador Manuel da Conceição Marques perguntou: Quanto é que pagámos no ano anterior, aos técnicos, para Férias em Acção? A Sra. Dra. tem que vir preparada nesta matéria para esclarecer os vereadores. -----
- O Senhor Presidente afirmou: Olhe que não, não posso fazer isso. -----
- O Senhor Vereador Manuel da Conceição Marques afirmou: Não pode fazer o quê? O senhor faz tudo nesta casa, ilegalmente, tudo, até convoca reuniões sem quórum e continua. Eu gostava de saber quanto é que vão gastar nas Férias em Acção. Digam-me. -----
- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: No pressuposto que estes trinta e cinco mil euros de outros trabalhos especializados serão, na sua maioria, afectos ao programa Férias em Acção, dos quais eu presumo que seja. -----
- O Senhor Presidente afirmou: E acho que também é para o ROC, não é, Dra. Célia? -----
- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Portanto, o ROC é os onze mil e quinhentos, não é? -----
- O Senhor Presidente afirmou: É, tem a minha palavra que não há aí nenhum reforço de consultores externos nessa dos trabalhos especializados, está bem? -----
- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral continuou: Ok, portanto, neste pressuposto que estes trinta mil, e eu admito que seja para pessoal abaixo dos vinte mil e o restante será outras despesas que é necessário fazer, como é evidente, mantenho aqui a dúvida sobre o que é outros serviços e o que é outros, na rubrica seguinte, em transferências correntes. -----
- A Senhora Dr.^a Célia Tavares respondeu: É subsídios à natalidade. Os vinte mil é incentivo. -----
- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral continuou: Os vinte é a natalidade? E os sete mil e quinhentos é outros serviços, portanto, serão outras despesas aqui dentro, derivadas disto. Pronto, e, portanto, aliás, era uma referência que eu, normalmente, faço sempre, quando são feitas modificações ao orçamento, que é, de facto, que tem a ver com a apreciação que eu faço do orçamento e das contas, isto vamos cair sempre no mesmo, é que



Reunião de 03/07/2017

esta modificação orçamental, aliás, à semelhança da revisão que foi aprovada, o que é que, em que é que se traduz? É num corte de cento e setenta e cinco mil euros em despesa de investimento, e um reforço e, desses cento e setenta e cinco mil euros, noventa e quatro mil são transferidos para, ou, melhor, noventa mil, porque também há uma relação de cinco mil, noventa mil são transferidos para despesa corrente. Portanto, o que é que fazemos? Fazemos sempre a mesma coisa, cortamos no investimento e passamos para despesa corrente. É uma, cortamos nas obras e reforçamos na despesa corrente. É uma inevitabilidade, pá, se calhar é, mas que é um mau caminho, tenho que a certeza que é, tenho a certeza que é. Portanto, eu, com esta reserva, também me irei abster, inicialmente, esta modificação julgo que, não sei se foi apreciada e se votámos contra, não me lembro, mas mesmo que isso tenha sido, não me repugna nada reajustar a minha posição e abster-me nesta votação. -----

---- A Câmara deliberou, por maioria, com dois votos a favor, do Senhor Presidente da Câmara e da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Sofia Relvas, e quatro abstenções, dos Senhores Vereadores Artur Jorge Ferreira, Dr. Manuel Marques, Dr.^a Rita Neves e Adelino Borges Amaral, aprovar a modificação ao Orçamento Municipal, n.º 11, e às Grandes Opções do Plano, n.º 11, para o ano de 2017. -----

---- O Senhor Presidente perguntou: Quem se opõe a que isto seja aprovado em minuta? Está aprovado em minuta.-----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Mantenho a declaração de voto que é aquela que apliquei no ponto anterior. -----

(292/2017/07/03)10 – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO DO CONCELHO DE NELAS – APROVAÇÃO

---- Presente a uma proposta de deliberação do Senhor Presidente, datada de 14 de junho de 2017, referente à atribuição de apoios financeiros ao Movimento Associativo do Concelho de Nelas, que a seguir se transcreve: -----

---- “ *Proposta de deliberação* -----

---- *Atribuição de apoios financeiros ao Movimento Associativo do Concelho de Nelas* -----

---- *Considerando:* -----

---- a) *As necessidades do movimento associativo e as possibilidades do Orçamento do Município de Nelas;* -----

---- b) *A prática seguida, no atual mandato, de abrangência de apoio a todas as associações com atividade;* -----

---- c) *A existência de subsídios já deliberados e a necessidade de atribuição de novos apoios, durante o corrente exercício orçamental e a sua compatibilização com a capacidade de despesa gerada com o saldo da gerência do ano de 2016;* -----

---- d) *A possibilidade de reprogramação orçamental resultante da evolução concreta da receita e da despesa verificada e verificável nos mapas de execução orçamental do corrente ano;* -----

---- *Propõe-se:* -----

---- 1. *O pagamento, no prazo de 60 dias, de acordo com as disponibilidades financeiras do Município, dos apoios financeiros já deliberados às associações, validadas que sejam as deliberações relativas à Conta de Gerência do ano de 2016:*

AMARELO SILVESTRE - ASSOCIAÇÃO CULTURAL

ASSOCIAÇÃO NUCLEO DÃO NELAS



Reunião de 03/07/2017

CIVILIZAÇÃO ACTIVA - SECÇÃO AUTOMÓVEL

TIAGO SANTOS (Campeonato Nacional de TODO TERRENO)

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTAR

TEATRO HÁBITOS - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E JUVENIL

---- 2. A atribuição de apoio financeiro aos clubes desportivos:

ABC NELAS

GRUPO DESPORTIVO RECREATIVO DE CANAS DE SENHORIM

SPORT LISBOA E NELAS

BASKET CLUBE DE CANAS DE SENHORIM

SPORTING CLUBE DE SANTAR

---- De acordo com os critérios aprovados no ponto anterior, sendo que o pagamento far-se-á no corrente ano de acordo com a previsão constante da relação anexa na parte relativa aos aludidos clubes (I) e o restante no próximo ano de 2018, conforme regras a estabelecer nos respetivos Contratos de Desenvolvimento Desportivo para a época 2017/2018. -----

---- 3 - A atribuição e pagamento, no máximo até 31 de agosto de 2017, de acordo com as disponibilidades financeiras do Município, dos apoios constantes da relação anexa na parte relativa (II), conforme protocolos a celebrar nos termos habituais com cada uma das associações;

GRUPO TEATRO AMADOR DE CANAS DE SENHORIM

CANTO E ENCANTO - CANAS DE SENHORIM

ASSOCIAÇÃO FILARMÓNICA DE VILAR SECO

SOCIEDADE MUSICAL DE SANTO ANTÓNIO DE CARVALHAL REDONDO

SOCIEDADE MUSICAL 2 DE FEVEREIRO DE SANTAR

RANCHO FOLCLÓRICO DE "ROSAS DO MONDEGO"

RANCHO FOLCLÓRICO DE VILAR SECO

GRUPO DE DANÇAS E CANTARES REGIONAIS "OS SANTARENSES"

AGRUPAMENTO DE ESCUTEIROS DE NELAS

AGRUPAMENTO DE ESCUTEIROS DE CANAS DE SENHORIM

AHBOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE NELAS

ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DAS CALDAS DA FELGUEIRA

ASSOCIAÇÃO DE MOREIRA

ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE VILAR SECO

ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL LAPENSE

ASSOCIAÇÃO D RECREATIVA E CULTURAL DA PÓVOA DE LUZIANES

ASSOCIAÇÃO RECREATIVA, CULTURAL, SOCIAL E DESPORTIVA DE AGUIEIRA



Reunião de 03/07/2017

ASSOCIAÇÃO DA PÓVOA DE SANTO ANTÓNIO

ASSOCIAÇÃO DAS CARVALHAS

ASSOCIAÇÃO DA VILA – SENHORIM

ASSOCIAÇÃO DO PISÃO

ASSOCIAÇÃO DE SÃO JOÃO DO MONTE

ASSOCIAÇÃO MOTOCLUBE DE NELAS

CASA DO PESSOAL DAS MINAS DA URGEIRIÇA

CASA DO BENFICA DE CANAS DE SENHORIM

CENTRO SOCIAL, DESPORTIVO E CULTURAL DE VILA RUIVA

CLUBE DE CAÇA E PESCA / ASSOCIAÇÃO DE ALGERAZ

CONTRACANTO - ASSOCIAÇÃO CULTURAL

FÁBRICA DA IGREJA DE CARVALHAL REDONDO (Sra do Viso)

GRUPO SOCIO CARITATIVO DA PARÓQUIA DE CANAS DE SENHORIM

NINHO DA ÁGUIA – FOLHADAL

NUCLEO SPORTINGUISTA DE CANAS DE SENHORIM

SOS ANIMAIS

SPORT CLUBE DE NELAS E VETERANOS

SPORT CLUBE DE VALE DE MADEIROS

---- O Senhor Presidente afirmou: Portanto, na sequência do que falámos acerca da aprovação do orçamento, o texto, altera-se a proposta e o texto do ponto número 3, é: “A atribuição e pagamento, no prazo de noventa dias, de acordo com as disponibilidades financeiras do município, dos apoios constantes da relação anexa na parte relativa, conforme protocolo a celebrar nos termos habituais, com cada uma das associações”. Aqui, em vez de noventa dias, põe-se até trinta e um de Agosto. O pagamento, no prazo máximo até trinta e um de Agosto, dos apoios financeiros já deliberados. Tal, tal, e o resto é o texto que cá está. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou: Quero que conste aí: Deliberados e a deliberar. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Deliberados e a deliberar, sim. Os apoios constantes da relação anexa, está bem? Portanto, algum dos Srs. vereadores se quer pronunciar relativamente a esta questão? Portanto, a alteração da proposta é isto, portanto, atribuição e pagamento, no máximo até trinta e um de Agosto de dois mil e dezassete, de acordo com as disponibilidades financeiras, da relação anexa, está bem? Tirando a parte relativa ao dois, conforme protocolos a celebrar, nos termos habituais, com cada uma das associações. Está bem? Sr. vereador Adelino Amaral, se faz favor. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Só uma questão formal, portanto, naturalmente, quando se diz o apoio à atribuição de apoio financeiro, portanto, isto depois julgo que carece de deliberação, caso a caso, deliberação posterior da câmara, julgo eu? -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Virão os protocolos, mesmo dos desportivos, na próxima reunião virá a minuta de protocolo, está bem? -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Portanto, o que está em causa



Reunião de 03/07/2017

aqui, portanto, é o pagamento dos subsídios já atribuídos e, depois, da atribuição destas duas listas, a número dois e a número três, portanto, que totalizarão os subsídios, há os subsídios cabimentados, são duzentos e trinta e um mil euros e os subsídios sem cabimento, são cento e quarenta e nove mil euros. Julgo que é isso que está aqui em causa, não é? Está na relação depois. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Os cabimentados, é. E sem cabimentos, são cento e quarenta e nove mil, sim, que é: Amarelo Silvestre, Núcleo Dão Nelas, Civilização Activa, Tiago Santos, Santa Casa da Misericórdia, Teatro Hábitos. No início está o resumo das rubricas que vêm a seguir, está bem? E, depois cento e nove mil, depois cento e sessenta e sete mil dos outros. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou: Aqui, portanto, só há que alterar, onde estão noventa passa a sessenta dias, e só uma notazinha muito rápida, é que, no ponto “c” dos considerandos, de facto, há aqui a declaração, o assumir inequívoco daquilo que eu disse no início, que é: o saldo orçamental não serve para pagar subsídios, serve para cabimentar subsídios, porque o dinheiro, porque o pagamento de subsídios não é com saldos orçamentais, é com meios financeiros que se faz, e no ponto “c” é dito mesmo isso. A sua contabilização com a capacidade de despesa gerada. Portanto, e não capacidade com meios financeiros, estamos a falar de gerar despesa. Mas, de qualquer maneira, tendo em conta, enfim, a gestão financeira que eu confio que seja reajustada tendo em conta estas deliberações e o cumprimento destas promessas, eu, neste ponto, vou votar favoravelmente. -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Muito bem, então, aqui passa a atribuição e pagamento no prazo de sessenta dias, ou até trinta e um de Agosto. O que é que dizem, sessenta dias, ou trinta e um de Agosto? Trinta e um de Agosto, está bem? -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de deliberação do Senhor Presidente, datada de 14 de junho de 2017, referente à atribuição de apoios financeiros ao Movimento Associativo do Concelho de Nelas, com a alteração ao seu ponto “1 - O pagamento, até 31/08/2017...” -----

---- O Senhor Presidente afirmou: Alguma declaração de voto? Portanto, já foram aprovados os pontos em minuta, todos eles. Dra. Célia, portanto, a minuta da reunião é a aprovação da minuta com todos os pontos aprovados. -----

ENCERRAMENTO

---- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada a reunião às doze horas e vinte e nove minutos, da qual se lavrou a presente ata que foi lida em voz alta por mim, _____, conforme deliberação tomada na 1.ª reunião desta Câmara Municipal, realizada em 04 de novembro de 2013, que a redigi, subscrevi e assino, tendo verificado a sua conformidade com a minuta já aprovada e assinada. -----

O Presidente,

A Técnica Superior, responsável pela Unidade Orgânica Administrativa e Financeira/Recursos Humanos e Saúde,
